

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PESCA ARTESANAL

UMA ABORDAGEM ECOLÓGICA POPULAR

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Roberto Bruno Fabiano

Orientador: Armando de Melo Lisboa

Área de Pesquisa: Economia Ecológica

Palavras – chaves:

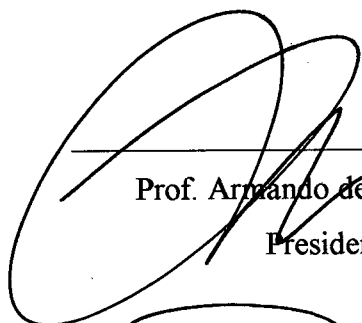
1. pesca artesanal
2. economia ecológica
3. praia da Armação - Florianópolis

Florianópolis, 21 de Setembro de 1998.

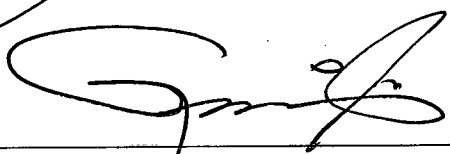
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 (OITO E MEIO) ao (à) aluno (a)
ROBERTO BRUNO FABIANO
na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

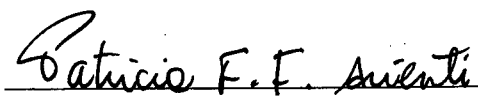
Banca Examinadora:



Prof. Armando de Melo Lisboa
Presidente



Prof. GERÔNIMO W. MACHADO
Membro



Prof. Patricia F. F. Azeiteiro
Membro

AGRADECIMENTOS

A Armando de Melo Lisboa, por sua orientação, por ter compreendido muito antes de eu iniciar este trabalho quais eram minhas aspirações frente ao mundo da economia. Aos meus pais, por toda paciência que tem comigo, e por sempre me apoiarem na descoberta dos meus anseios de vida. Aos pescadores artesanais da praia da Armação por me darem a oportunidade de apreender e conviver junto a eles. E principalmente ao Mar e a toda a sua inconstância de ventos e marés, que me atraem e mostram quais os verdadeiros significados da vida.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
CAPÍTULO I	1
1. O Problema.....	1
1.1.	
Introdução.....	1
1.2. Objetivos.....	4
1.2.1. Objetivo Geral.....	4
1.2.2. Objetivo Específico.....	4
1.3. Metodologia.....	5
CAPÍTULO II	8
2. Fatores transformadores.....	8
2.1. Histórico.....	8
2.1.1. Pesca da Baleia.....	11
2.2. Turismo e Especulação Imobiliária.....	13
2.3. Desenvolvimento Capitalista e Expansão do Consumo.....	16
2.4. Dominação Cultural.....	19
CAPÍTULO III	22
3. O Processo de Comercialização e o Financiamento dos Meios de Produção.....	22
3.1. Caracterização da Pesca Artesanal.....	22
3.2. Salário e Lucro / Acumulação de Capital.....	24
3.3. Experiências Cooperativas em Santa Catarina.....	26
3.4. A Associação de Pesca da Armação de Sant'Ana.....	28

CAPITULO IV	31
4. Utilização do Espaço Marinho e seus Recursos.....	31
4.1. Recursos vivos do mar.....	31
4.2. Poluição nos oceanos.....	33
4.3. Pesca artesanal x Pesca Industrial.....	35
CAPITULO V	41
5. Economia Ecológica da Pesca Artesanal.....	41
5.1. O pensamento Ecológico Econômico.....	41
5.2. Ecologismo Popular.....	43
5.3. Pesca Artesanal e Ecologia.....	47
CAPITULO VI	50
6. Conclusão.....	50
BIBLIOGRAFIA	53
ANEXO	56

RESUMO

A pesca artesanal se encontra em um “beco sem saída”. O capitalismo vêm historicamente alterando não só as relações de produção do pescado como também as forma de apropriação dos recursos marinhos.

Para tanto, estudou-se a pesca artesanal na comunidade de Armação, situada no sul da Ilha de Santa Catarina.

As frentes de expansão capitalistas se verificam através da crescente especulação imobiliária, do turismo, do desenvolvimento capitalista e suas implicações no aumento da demanda. A questão cultural surge como fator marcante de mudança de costumes e de ideologia de vida.

Faz-se uma breve análise da pesca da Baleia devido a comunidade estudada ter sido uma antiga armação baleeira. Relata-se não só a pesca da Baleia no século XVIII como também uma segunda fase de exploração em 1957.

Dentro do desdobramento interno do processo de produção pesqueira artesanal, faz-se necessária a caracterização da pesca artesanal, bem como suas implicações na remuneração dos meios e fatores de produção.

As experiências cooperativas pesqueiras realizadas em Santa Catarina são aqui relatadas como frustradas, sendo feito um breve relato sobre a situação da associação de pesca da praia da Armação.

Os espaços marinhos são analisados biologicamente e fisicamente. Pois é a partir da análise bio/física que se compreende os reflexos no meio marinho das diversas formas de apreensão do pescado. A poluição mostra sinais de degradação nos oceanos, desmistificando os mares como um ambiente infinito e eternamente renovável.

A Economia Ecológica, estuda as relações de distribuição e acesso aos recursos naturais. Tem como meta uma distribuição equitativa dos recursos naturais, não só no presente, mas também em relação às futuras gerações.

O ecologismo popular, é uma forma de luta social impregnada de conceitos ecológicos diretos ou não. Sendo a manutenção do modo de apreensão de pescado artesanal, tratado como mais ecológico e sustentável que o modo empresarial-industrial.

A luta pela preservação do modo de pesca artesanal é a mesma que preserva a biodiversidade marinha, e portanto a preservação da cultura tradicional da pesca artesanal se faz diretamente ligada a preservação da natureza como um todo.

A conclusão surge decorrente das análises expressas ao longo do trabalho, sendo necessária a adoção de medidas que preservem a cultura do pescador artesanal e suas formas de exploração do mar, pois ao se preservar estas culturas se preserva os recursos marinhos.

1. O PROBLEMA

1.1. INTRODUÇÃO

A Monografia aqui apresentada surge da insatisfação em ver cada vez mais a degradação de modos de vida tradicionais ocasionada pela ganância e busca incessante de lucro por nossa arrogante “civilização desenvolvida”. Degradando não só comunidades históricas e ricas em tradições como também a natureza, que é tratada como recurso único para a indústria de transformação, não sendo realmente valorada e respeitada como parte integrante da vida do homem. A pesca artesanal se encontra bem no meio deste debate, pois possui modos próprios de relacionamento, desde a produção, na qual a estrutura é peculiar por associar os ganhos com os ciclos naturais, até o saber do pescador, passado de geração em geração, de pai para filho.

A questão da tradição está relacionada também ao cerne da própria pesca artesanal: o domínio do saber-fazer e do conhecer que forma o cerne da profissão. Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao pescador se reproduzir enquanto tal. Esse controle da arte da pesca se aprende com os mais velhos e com a experiência. Com eles se aprende também a representação simbólica do mundo natural que se traduz pelo respeito às leis que regem o mar e seus recursos. (Diegues, 1995, p. 35)

Hoje as comunidades pesqueiras estão perdendo seus espaços nas praias para a crescente especulação imobiliária; o resultado da produção encontra-se totalmente nas mãos de intermediários; a crescente depredação do ecossistema, a conseqüente escassez do pescado na costa e a constante invasão do espaço pesqueiro artesanal pela pesca industrial, são exemplos de descaso com o setor pesqueiro artesanal, levando ao abandono o modo tradicional de vida e

toda uma cultura própria destas comunidades, gerando graves problemas sociais e gerações de descendentes sem perspectivas de vida, tanto se optarem por serem pescadores como se tomarem o rumo do desenvolvimento urbano, pois nos centros urbanos do desemprego restam apenas subempregos.

Não há como elaborar uma pesquisa consistente sem a relevância ambiental, pois o meio ambiente encontra-se bem no centro deste debate sobre os descasos e futuro da pesca artesanal. A natureza e os homens estão indissolúvelmente ligados no mesmo destino. A questão ecológica surge como uma busca pela qualidade de vida para aqueles que vêem a natureza como algo dissociado do homem, mas para o pescador artesanal, a natureza é o seu próprio habitat, o seu meio de trabalho, e principalmente de onde tira diariamente o seu sustento. A degradação do ambiente marinho surge pela pressão urbana, e não pelo modo de vida relativamente harmônico do pescador artesanal com o mar. A defesa dos pescadores, vem impregnada pela defesa da natureza. E, são estes, os pescadores artesanais, os primeiros a sentirem a degradação do meio ambiente, portanto os defensores diretos da natureza. Se eles desaparecerem, desaparecerá junto a verdadeira vanguarda pela luta do meio ambiente marinho.

O entendimento das relações econômicas e sociais enfrentadas pelo pescador artesanal, reflexo dos relacionamentos humanos internos (entre os seres humanos) e externos (com o meio ambiente, e todos os seres vivos) revelam a ineficácia dos padrões de desenvolvimento reinantes, baseados na ilusão do crescimento econômico infinito como solução tanto para os problemas de desigualdade social, como para resolver os problemas ambientais e de escassez de recursos futuros. O mercado não leva em conta as externalidades ambientais, e quando leva, julga-se capaz de monetarizar todo o meio ambiente, valorando a natureza conforme padrões de lucro, não garantindo que a economia se encaixe na ecologia.

Os obstáculos ecológicos ao crescimento econômico, e suas conseqüências ecológicas, negados tanto por liberais e social-democratas como pela maioria dos marxistas, far-se-ão sentir cada vez mais, sendo difícil entreter os povos com promessas de crescimento econômico para todos, do automóvel

universal. Tanta cegueira voluntária deveria vir acompanhada de orelhas de burro. (Martínez Alier, 1998, p. 29).

O pensamento ecológico de Martínez Alier nega o consenso de que a solução se encontre via desenvolvimento econômico, apoia-se na análise científica do fluxo de energia e materiais, visando a conservação da biodiversidade, respeitando antes de mais nada o ser humano presente e o futuro, critica o modelo econômico de desenvolvimento sustentável, revelando a falácia do pensamento desenvolvimentista, pois assinala que não é possível prognosticar se haverá ou não crescimento econômico nos quais o fluxo de energia e materiais está ausente.

A discussão ultrapassa os valores econômicos ou o modo de produção, seja ele capitalista ou socialista, e passa a ser universal, envolvendo a humanidade como mais um fator presente no mundo, sujeita a temperança das forças naturais e da energia universal. A presença da humanidade surge como um fator temporal dentro do contexto quase que atemporal da existência do planeta terra. A mudança nas formas de apropriação da natureza não se diferem muito das apropriações de um ser humano pelo outro – não falo aqui de escravidão e sim das persistentes condições sub-humanas a que um homem submete o outro. Não se vislumbra solução em nenhuma teoria econômica pois a economia está sujeita ao seu agente, que é o homem, e este, enquanto lutar por questões materiais e individualistas, tratará sempre a economia como a melhor forma de explorar a natureza e o ser humano.

A luta dos pescadores artesanais, como outros tantos movimentos populares, é aqui analisada como uma luta social-ecológica, pois ao se manifestarem contra a pesca empresarial-industrial de arrasto, ou ao uso intenso de barcos maiores e mais portentosos, lutam contra o padrão de evolução que caminha a humanidade. A desigualdade social entre as nações e internamente no Brasil, é reflexo das formas de apropriação dos recursos naturais, da exploração e da “economia de rapina”, dominante em nosso país desde a história da colonização, ou melhor chamada da “usurpação” de recursos naturais. Neste sentido, a luta social dos pescadores artesanais é uma luta ecológica, na medida que preserva formas mais racionais de apropriação dos recursos marinhos, tendo em vista a manutenção da capacidade

produtora e geradora destes, e conscientemente ou não propõe outros caminhos daqueles impostos pelo mercado.

Deve-se aprender com as formas antigas de apropriação dos recursos naturais, preservando-as, para servirem de exemplo sobre como deve ser a apropriação e exploração sustentável dos recursos naturais. Com certeza uma nova maneira de interação e respeito entre os homens, e destes com a natureza, que dê menos valor a modelos econômicos em prol dos fluxos de energia na natureza e das relações humanas e trate de pensar mais na felicidade e no amor que cada ser humano, ou melhor cada ser vivo tem para trocar com os outros.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. OBJETIVO GERAL

Como objetivo geral, este trabalho visa discutir se a preservação do modo artesanal de apropriação dos recursos marinhos se faz de maneira mais ecológica e sustentável que a pesca empresarial-industrial. Busca aqui demonstrar se a luta pela sobrevivência do pescador artesanal é a mesma luta que preserva o mar e a biodiversidade marinha, devendo assim ser tratada como uma forma de Ecologismo Popular.

1.2.2. OBJETIVO ESPECÍFICO

Como objetivos específicos, visa desnudar a relação ecológica existente entre o modo de vida do pescador artesanal e o mar e seus recursos marinhos. Trabalhando as questões do turismo, do desenvolvimento urbano, da crescente demanda pelo pescado e da degradação ambiental dos ecossistemas litorâneos. O confronto com a pesca empresarial-industrial recebe destaque, por serem estes os dois modos de produção e apropriação do pescado. Pretende-se também tratar a questão ecológica, como fruto do modelo de desenvolvimento. E, tenta encontrar saída na mudança de padrões de apropriação da natureza, e de relações entre os

homens. Para tanto estudou-se a comunidade pesqueira de Armação de Sant'Ana, localizada no sul da Ilha de Santa Catarina, cidade de Florianópolis.

1.3. METODOLOGIA

Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico de autores que trataram do assunto pesca artesanal e desenvolvimento, em fontes primárias e secundárias, bem como de autores que abordam a Economia Ecológica e o Ecologismo Popular. Para atingir os objetivos do trabalho optou-se pela observação-participante, no convívio diário com os pescadores na comunidade, e saídas em baleeiras para a pesca diária, por buscar desde o início novas formas de obtenção de conhecimento que ultrapassem as massificantes entrevistas e perguntas acadêmicas (logo de início se revelou a desilusão que os pescadores mostram perante a realização de pesquisas e questionários, acadêmicos ou não; que via de regra não retornam nada para a comunidade) . Foi uma inserção no meio pesquisado menos estruturada no plano formal, conforme sugere Torrens:

... na medida em que se procura viver junto com os observados compartilhando o seu modo de vida, a sua cultura e o seu cotidiano, deve-se conversar ao invés de entrevistar, conviver no lugar de visitar, ver, observar, e ouvir em vez de gravar ou fazer anotações, aceitar o silêncio e aprender a escutar em vez de a todo momento fazer perguntas. Trata-se, pois, de uma pesquisa em que, para se obter um melhor relacionamento com a comunidade ou o grupo estudado, adquirindo confiança de sua parte, é importante secundarizar o papel dos questionários, dos gravadores e, inclusive, dos cadernos de anotações de campo. Nesse sentido é que a

observação não é formalmente estruturada. (Torrens, 1984, pg. 11).

Talvez a melhor parte do trabalho, a pesquisa de observação-participante visou viver todas as etapas da pesca na comunidade, sendo, para o autor uma extensão da sua própria vida por conter elementos de relacionamento único e pertinente àqueles que vivem e revivem do mar. As saídas em baleeiras para a pesca se iniciavam às cinco horas da manhã com o encontro na praia, os últimos preparos para quem vai passar o dia inteiro no mar, e conversas e devaneios sobre quais seriam os locais de pescaria neste dia. Todos aqueles que estão na praia ajudam a descer a lancha para a água, independente de ser esta a sua lancha de pesca ou de um companheiro pescador. Vive-se então a união em prol do trabalho comunitário, onde um depende do outro para efetivar a sua produção.

Barco na água, segue-se em direção ao alto mar por umas duas horas, enquanto um companheiro -o mestre- está ao leme, outro, o camarada cozinheiro já prepara um bom café da manhã, e nós três ou quatro, cochilamos, acordamos para ver o sol desgrudar no horizonte, e jogamos conversa fora numa típica conversa de pescador. Jogar a rede de caceio na água leva uma meia hora, pois suas quatrocentas braças tem que deslizar perfeitas sobre o costado do barco para então correrem para a água. Muita conversa embala o chacoalhar das ondulações, de onde saíram grande parte deste trabalho.

Após outros cochilos, o peixe deita sobre a panela do cozinheiro, e vejo seis famintos olhos (contando com o meu), saborearem o mesmo e sempre inédito pescado. Início da tarde, já é hora de recolher a rede, segue-se então duas horas de fila indiana sobre o barco, puxando cuidadosamente a rede para cima para não rasgá-la, e também para não perder nenhum peixe que possa estar meio preso à rede. É muito difícil permanecer em pé no barco que não para de balançar, sempre com as mãos ocupadas na puxada de rede ou no trabalho de desmalhar o peixe. Ocorre sempre um revezamento destas funções durante as duas horas de puxada de rede. Oras o caceio trazia uma boa quantidade de peixe, uns cem quilos nos alegravam diferente, outras vezes a rede subia da água praticamente como tinha descido, a não ser pelos plásticos e demais lixos que recolhíamos. Mais duas horas nos esperavam na volta, junto com outros

pescadores que na praia esperavam para ajudar na puxada da lancha para cima da areia, e para ouvir e falar sobre a pesca neste dia.

Muitos dias se seguiram neste cotidiano, que de cotidiano não tinha nada pois a cada novo dia, um novo mar se apresentava, com novas ondulações, novo vento mas sempre com a figura do velho e solidário pescador artesanal.

Após esta primeira etapa de pesquisa de observação-participante, já possuindo um bom relacionamento com a comunidade estudada, elaborou-se uma entrevista com o “seu Aldo”, um senhor pescador que muito teve a contribuir neste trabalho. Optou-se pelo seguimento da pesquisa ao se somar a primeira etapa de observação-participante com uma segunda etapa de depoimento único de uma pessoa tradicional da comunidade, vivida e extremamente lúcida sobre os problemas do pescador artesanal.

Em seguida foi feita pesquisa em órgãos oficiais, para a coleta de dados que pudessem ter relação com a realidade da vida do pescador artesanal. Mas tal pesquisa na busca de dados oficiais se mostrou totalmente debilitada pois grande parte da produção do pescador artesanal, figura como sendo industrial devido ao fato das empresas pesqueiras que compram o pescado do pescador artesanal serem na verdade grandes empresas capitalistas de pesca.

Paralelamente, a contínua pesquisa bibliográfica, já agora centrada em alguns autores (Diegues, 1983, 1995, Martínez Alier, 1998, Teixeira & Teixeira, 1986, Lago, 1983, 1996). A conclusão surge da análise da bibliografia e dos dados vividos e coletados, reflexo fiel da realidade vivida durante parte do tempo de estudo junto à comunidade e ao dia a dia do pescador artesanal. Tempo este curto, sem dúvida, mas repleto de aprendizado e “solidariedade” – palavra excluída do modo de vida urbano.

2. FATORES TRANSFORMADORES

2.1. HISTÓRICO

A história da colonização da Ilha de Santa Catarina inicia-se no século XVII, com a instalação de grupos vicentistas. A coroa portuguesa fez concessões de terras na ilha, com o intuito de povoar com moradores permanentes, para garantir sua posse. Grandes porções de terras para poucos proprietários, seguindo-se então o modelo adotado no resto da Colônia, de latifúndio primário exportador. Mas a verdade é que os grandes empreendimentos agrícolas em nenhum momento chegaram a se instalar aqui na Ilha de Santa Catarina.

Embora as terras concedidas aos vicentistas, primeiros povoadores da ilha (após os índios Carijós, vitimados pelas bandeiras predadoras de escravos) , tenham seguido o modelo da grande propriedade, por variadas causas, entre elas a escassez de capital dos donatários e as invasões espanholas, aqui nunca se implantou a grande exploração, e sim a pequena propriedade, voltada para a produção de alimentos para a população local. (Lago, 1983).

Célia Silva em um excelente trabalho intitulado **Ganchos: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira** (1992), contesta a tese de que em nenhum momento se instalou a grande exploração na Ilha de Santa Catarina. Afirma sim que houve a fase da grande exploração, mas não a agrícola e sim a exploração da pesca da baleia nos moldes da grande exploração colonial capitalista.

Contudo, a formação social do litoral catarinense ainda se apresentou com especificidades maiores. Pode-se começar a

detectá-las já no processo de ocupação da área meridional da colônia, pois nela a expansão colonizadora fazia parte de um projeto visando não só ao povoamento do território, como também à instalação de bases político-militares (fortificações), além do estabelecimento de uma pequena produção mercantil de açorianos e madeirenses, ao lado de uma grande produção manufatureira (armações), associada à intermediação comercial portuguesa. Este processo manufatureiro tinha por objetivo produzir derivados da baleia, principalmente o óleo destinado ao mercado mundial e, para tanto, valia-se de uma combinação quanto à força de trabalho: mão de obra escrava com o trabalho de pequenos produtores mercantis. (Silva, 1992, p. 24)

No século XVIII, tem início a colonização açoriana na Ilha de Santa Catarina, onde encontrou excelentes locais para o desenvolvimento das atividades agrícolas e pesqueiras. O povoamento açoriano trouxe para a Ilha de Santa Catarina uma população formada por casais e seus filhos e, particularmente, mulheres jovens. A perspectiva da coroa portuguesa era a de estabelecer na região sul da Colônia uma população de pequenos produtores rurais. O objetivo era o de assegurar o domínio dos limites e a produção de alimentos a baixos custos para a tropa sediada na região. Além de se constituir a população masculina em reserva de elementos para a mesma tropa. A cessão de pequenos lotes de terra aos migrantes trazidos das Ilhas Portuguesas confirmou a instalação da pequena propriedade privada, trabalhada com mão de obra familiar.

Neste início de povoamento, a agricultura e a criação de animais sempre ocuparam o primeiro plano como base para a subsistência da família. A pesca ainda tinha um papel secundário no dia a dia das pequenas propriedades litorâneas, pois o suprimento de suas necessidades baseava-se principalmente no cultivo da terra. Outra fonte de alimentação e sustento foi bastante explorada, trata-se do rico sistema natural – terra e mar -, onde havia abundância e facilidade de coleta de uma série de alimentos, tais como: os frutos silvestres, o mexilhão, o palmito, a caça, etc.

A grande maioria das localidades no interior da ilha dedicava seu tempo quase que exclusivamente à agricultura de subsistência, tendo a pesca, que era abundante, como atividade secundária. (...) a pesca era uma atividade de inverno, pois nos meses de setembro a abril os lavradores estavam dedicados totalmente às tarefas agrícolas, só indo ao mar pela manhã ou tarde ou em outros lances de rede ou pesca de linha. (Fantin, 1990, p. 14).

Nos séculos XVIII e XIX a agricultura é a preocupação econômica fundamental, a pesca associada a agricultura tem um caráter acessório na economia.

Todos os pescadores eram pescadores e agricultores ,por exemplo, um pai naquele tempo tem muita família, muita família, muitos filhos, então uns filhos iam prá pesca e outros iam prá lavoura. (...) A época da tainha eles vinham aqui prá pesca, prá praia da Armação, esse pessoal que trabalhava na agricultura, que trabalhava pro sustento deles, aí no inverno eles vinham pra tainha (...), Nós dificilmente compravamo, era tudo produzido, a e pesca era mais fraca, tinha muito peixe mais era mais fraca, porque além disso, como não tinha muito comércio, o comércio era mais pouco do peixe, (...) aqui tinha terra pra plantá bastante, hoje o pescador precisa pesca mais, ganhá dinheiro pra pode come, antes não, dava pro gasto né... (Anexo)

A partir da segunda metade do século XIX observa-se uma diversificação das atividades tradicionais e a pesca começa a assumir uma importância maior pelas perspectivas de comercialização. Transformada em atividade principal, a pesca, quer a cotidiana, para

subsistência, quer a sazonal, destinada à comercialização, passou a organizar a vida das comunidades litorâneas.

No processo de transformação ocorre não só a decadência da agricultura familiar, mas também, a divisão sazonal e sexual do trabalho. A pesca, além de uma atividade sazonal é uma atividade marcadamente masculina.

Até meados deste século, foi a articulação entre a agricultura e a pesca que garantiram a subsistência dos pescadores artesanais. O aumento do turismo, e a conseqüente especulação imobiliária provocam forte pressão sobre as áreas de lavoura, tornando escassas as áreas cultiváveis. Concomitantemente, há o desenvolvimento dos transportes e armazenamento e distribuição do pescado. Foram esses dois fatores, principalmente, que levaram a pesca artesanal para o primeiro plano de importância dentro do sustento da família. O peixe, de produto complementar à roça, na subsistência, passou a ser o produto da produção do pescador, direcionado não mais para a subsistência, mas sim para a venda, para a partir do dinheiro obtido com a venda, poder então comprar os alimentos de sustento. Dentro da estrutura produtiva familiar, o homem-pescador passa a ter vital importância pois não vem mais da lavoura a alimentação, e sim da produção da pesca artesanal. A família passa a depender de um único produto, e o pescador a ser o responsável pelo sustento de toda a família. (Teixeira & Teixeira, 1986).

2.1.1. PESCA DA BALEIA

Durante o século XVIII, com a pesca da baleia, se dá a exploração da pesca com fins comerciais. Com o estabelecimento de Armações, que utilizando mão de obra escrava e também não escrava, de colonos madeirenses e açorianos, pescava e transformava a baleia.

A atividade baleeira representou uma forte relação da província barriga-verde com os grandes capitais portugueses. Entre 1771 a 1790 houve anos em que mais de 1000 baleias

foram pescadas, conta-nos Lucas Boiteux. A lembrança de que esta atividade se concentra em dois meses do ano, revela sua escala e intensidade. A pesca da baleia se estabeleceu como uma grande produção manufatureiro-escravista que, associada à pequena produção mercantil, se articulava aos interesses da acumulação primitiva de capital na Europa. Esta associação possibilitou que alguns pequenos produtores constituíssem uma classe senhorial local. O ciclo baleeiro, entretanto, teve breve duração, tendo entrado em colapso no primeiro quartel do século XIX. (Cecca, 1997, p. 198).

Pescar baleias no século XVIII não era nem um pouco parecido com a pesca de baleia que uns poucos países ainda praticam: os pescadores que entravam nos lanchões ancorados junto à praia não tinham a menor idéia de quando - e se - voltariam a terra. Antes de tudo os pescadores tinham de possuir noções práticas de meteorologia e mar. Os pescadores, um arpoador, um timoneiro e seis remeiros ao encontrarem com a baleia, tentavam atingi-la com arpões repetindo golpes até o animal perder quantidade de sangue suficiente para ficar enfraquecido. Depois de capturar a baleia, os trabalhadores voltavam à terra com o animal amarrado à embarcação. A partir daí o trabalho dos escravos consistia em dividir e esquarterar a baleia em largas tiras de mais de cem quilos, que após serem picadas, eram lançadas em caldeiras para serem fundidas. Começava então o processo de fabricação do óleo no engenho. No Brasil, onde não havia óleo mineral, iluminou-se com óleo de baleia as cidades, foram feitas construções, usou-se o “charque” para alimentar os escravos, etc. (Diário Catarinense, 28 de Março de 1998)

A comunidade da Armação também passou por um novo ciclo da pesca da Baleia por volta do ano de 1957, sob o incentivo da iniciativa privada, que rendeu poucas capturas e logo foi proibida pelo governo. Conforme conta seu Aldo, antigo morador:

A primeira, feita pelos escravos, (...) eles arpoavam a Baleia e os escravos é que eram a força prá remá. (...) ó ali é

que tinha a senzala dos negros, ali era o quartel deles, e ali é que trabalhavam a caldeira,(...) dizem meus antepassados que eles matavam uma base de 100, 200 Baleias por ano. (...) Agora, depois de acabá a pesca da Baleia, esse dono da Pioneira, ele inventô fazê a pesca da Baleia,(...) isso foi em 57, (...) mataram cinco nessa época, eu até fui na lancha embarcado. Essa é a segunda pesca da Baleia, mas aí veio uma lei que não se podia matá mais no Brasil, ele pesco uns três anos, ele compro uma e matô cinco... (Anexo)

2.2. TURISMO – ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Partindo da visualização de como se organizava espacialmente a comunidade, a lavoura e a pesca na localidade, passa-se ao detalhamento das consecutivas transformações sociais e econômicas e seus reflexos na organização espacial, mudando não só a configuração espacial, como também os relacionamentos na produção e reprodução da pesca.

A comunidade de Armação, assim como as demais localidades litorâneas de Desterro, se estruturou com base na lavoura, em largas faixas de terra, onde os imigrantes que aqui se instalaram, cultivavam a roça e criavam animais. A pesca da baleia teve vital importância na estruturação da comunidade de Armação, pois ali se iniciou a antiga Armação da Lagoinha em 1772, conforme Célia Maria e Silva (1992). Com baleeiras próprias para a captura do mamífero que era então esquartejado e transportado até enormes tanques de resguardo de óleo, que hoje encontram-se soterrados junto a praia sob restaurantes e casas de veraneio.

Surge então a figura, ainda incipiente, do especulador imobiliário, sujeito que se introduz na comunidade amigavelmente, ou simplesmente falsifica documentos de posse, para, a partir disso, obter o título de compra. Tudo ocorria dentro da “legalidade burocrática”, onde era preciso entrar com registro no cartório de imóveis, junto com a publicação no Diário Oficial, aguardar 90 dias; e não aparecendo ninguém reclamando direitos sobre a terra, o

grileiro burocrata rapidamente obtinha o título de compra ou a escritura. Outros especuladores que se introduziam amigavelmente na comunidade, tinham por intuito a compra das terras, que eram vendidas a preços irrisórios, para aguardar posterior valorização e venda, quase sempre na forma de loteamentos. Os habitantes da comunidade não podiam imaginar a constante valorização, nem a construção de estradas melhores, que iriam facilitar o acesso e aumentar o valor das terras.

A terra, para essas comunidades não tinha um caráter especulativo, ela representava efetivamente a possibilidade de subsistência, o que infelizmente sua perda para o capital imobiliário inviabilizou, forçando esses produtores a buscarem outras formas de subsistência, onde aparece, então, a pesca artesanal como alternativa concreta, porém limitada, devido às suas particularidades . (Teixeira & Teixeira, 1986, p. 68) .

A mais importante transformação vivenciada por lavradores foi a perda das terras. Quer por venda, quer porque não tinham registro legal de suas propriedades, os lavradores e pescadores foram perdendo suas terras. Não só aquelas em que plantavam, mas aquelas em que residiam, e também os ranchos na praia usados para guardar o barco e apetrechos de pesca. O acesso ao mar se torna sempre mais difícil, sendo um importante fator de expulsão dos pescadores artesanais.

O turismo, componente importante no processo de transformação, cria algumas oportunidades de assalariamento, utilizando a força de trabalho local em atividades que não requeiram maior qualificação. Uma parte destas ocupações é sazonal e são utilizadas como alternativas de sobrevivência. As pressões sócio-econômicas levam a uma rápida desarticulação das unidades domésticas de produção e pressionam no sentido de que os lavradores e pescadores ingressem no mercado de trabalho, o que significa nos níveis mais baixos de assalariamento.

Tem-se então, a passagem de uma comunidade centrada na agricultura, que tinha na pesca o complemento à sua subsistência advinda da roça, à uma comunidade

centrada na pesca, ficando então a atividade agrícola complementar à atividade pesqueira. O turismo, continuando sempre num crescente, a especulação imobiliária só vê aumentar os valores de comercialização. Agora, o pescador, que tendo praticamente abandonado a lavoura para se dedicar exclusivamente à pesca, vê esta pressão imobiliária avançando sobre os seus ranchos de barcos na beira da areia, local essencial para se ter o acesso ao mar e a possibilidade para guardar seus apetrechos de pesca e efetuar reparos na embarcação.

O homem urbano tem cada vez mais “invadido” os espaços litorâneos em busca de qualidade de vida e de lazer nas férias. O contínuo aumento da especulação imobiliária e do turismo junto as praias traz conseqüências não só nos espaços terrestres litorâneos, mas também dentro da água do mar.

O turista, ou mesmo os novos moradores nas praias advindos de centros urbanos em busca de qualidade de vida trazem consigo hábitos de convívio que se chocam diretamente com o processo de produção da pesca artesanal. Ocupam a água para a prática de esportes náuticos, atrapalhando o pescador artesanal, espantando os peixes junto as praias e vez por outra danificando as redes fundeadas próximas a areia.

É no verão que se agravam os conflitos devido a presença dos Jet Skis, lanchas de passeio e pessoas nadando e mergulhando. Inúmeros pescadores reclamam da falta de respeito dos turistas para com as redes, pois diversas vezes estas são rasgadas pelo hélice de alguma lancha de passeio. O Jet Ski, além do barulho infernal produzido, irritando os pescadores que estão na areia consertando suas redes, provoca também o barulho dentro da água, impossibilitando o aparecimento de qualquer cardume.

A cada verão os pescadores se encontram mais complacentes com os turistas, pois devido a escassez crescente do pescado, vêm no fluxo turístico de verão a possibilidade de ganharem algum dinheiro extra, com a venda de peixe direta para o turista e com os inúmeros empregos esporádicos que surgem nessa temporada. Hoje em dia, na praia da Armação, durante o verão, os pescadores se organizam para levar turistas para a Ilha do Campeche (pólo de atração turística), situada a 10 minutos de barco da praia. A organização tem por fim aumentar o fluxo desta linha de turismo e renda, ampliando a participação dos pescadores no turismo, e evitando conflitos internos no transporte por excesso de barcos, o que levaria a uma

depreciação do serviço, concorrência de preços e conseqüentes desavenças entre os pescadores.

Mas não é só no verão que os pescadores vêem sua produção atrapalhada pelos novos moradores. Durante o ano todo ocorrem casos de conflitos entre pescadores e surfistas. O surfista ocupa o espaço marítimo que vai desde a areia até a linha da arrebentação (local onde quebram as ondas), espantando os cardumes que por aí estiverem, e impedindo a aproximação dos barcos de pesca junto a arrebentação. Durante os meses de Maio a Julho, a maioria das praias de Florianópolis fica “ fechada” para os esportes náuticos, devido a esta ser a época da safra da Tainha, o mesmo ocorre com a praia da Armação. Mas mesmo nesta época se verificam conflitos, devido ao desrespeito a lei, desrespeitando na prática a safra da tainha e o pescador artesanal. ¹

... sim todo ano também tem atrito com os surfista, eles tem o ano todo prá brinca, só que aqui na praia da Armação tem um limite pra surfá nos meses de maio e junho, só que eles não respeitam, eles vem aqui na barra aonde os pescador pescam a tainha de tarrafa e uma prancha daquelas corrida vem no mar passando encostado no cardume de peixe, e o peixe vai se mandá, sai correndo, aí vem o atrito, todo ano dá essa confusão. (Anexo)

2.3. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E EXPANSÃO DO CONSUMO

O processo produtivo da pesca artesanal em Santa Catarina sofreu, ao longo dos últimos dois séculos e meio, uma transformação radical. Inicialmente, quase não havia diferenças entre os integrantes dos grupos de pesca, mas com o passar do tempo, à medida que o desenvolvimento das formas de produção e concentração de recursos financeiros foram se

¹ Jornal AN Capital, 6 de Maio de 1997.

desenvolvendo, os pescadores foram progressivamente especializando-se em suas tarefas e subordinando-se àqueles que detinham os instrumentos de obtenção do pescado. A tal ponto que hoje a pesca encontra-se estrangulada e a esmagadora maioria dos filhos de pescadores já não segue a profissão dos pais. Mas busca nas atividades urbanas um meio mais seguro e constante de sobrevivência.

Diversos foram os fatores que impulsionaram a produção pesqueira de encontro ao modo de desenvolvimento capitalista. A melhoria dos meios de transportes facilitaram a comercialização do pescado nos centros urbanos, a utilização do gelo permitiu uma permanência maior no mar bem como a oferta do pescado fresco nos mercados urbanos. O aparecimento dos barcos motorizados, junto com as inovações tecnológicas introduzidas pela ecossonda, radar, sonar, etc, vieram a alterar as relações de produção não só na pesca artesanal, mas em toda forma de apreensão do pescado. É no surgimento de uma nova categoria de pesca, a pesca industrial, que se vislumbra o reflexo ao desenvolvimento capitalista na produção pesqueira.

A introdução de relações sociais de produção capitalista na pesca se dá com a separação efetiva do pescador e os meios de produção e pela introdução da máquina a bordo. Efetivamente, nos grandes arrastões modernos, a rede é lançada e recolhida mecanicamente, sendo a operação comandada a partir de um painel de controle no convés. Da mesma forma, a posição da rede durante o arrasto pode ser corrigida a partir do painel de controle, sem necessitar a intervenção dos homens do convés. As próprias redes são tão grandes e pesadas que dificilmente poderiam ser manejadas diretamente pelos pescadores.

A introdução desses equipamentos se reflete diretamente na composição da própria tripulação onde o número de maquinistas tende a aumentar. Um grande arrastão de pesca oceânica, por exemplo, além do maquinista-chefe emprega mais

três outros maquinistas, além de técnicos de refrigeração, técnicos de radiocomunicação, etc. além disso, na medida em que o pescado é beneficiado a bordo, os homens do convés passam a ter uma atividade industrial tão importante quanto a da própria captura. Dessa maneira, a estrutura altamente complexa de um barco pesqueiro moderno faz com que ele se aproxime de qualquer unidade industrial em outros setores, onde as tarefas se tornam cada vez mais especializadas e impostas pelo ritmo das máquinas. O recolher da rede não é mais ditado pela cadência do braço humano, e, sim, pelo número de rotações do guincho... o ritmo da filetagem a bordo não é mais imposto pela habilidade do pescador em manejar a faca, mas pela máquina filetadora. (Diegues, 1983, p. 73)

A demanda pelo consumo de pescado cresce a cada ano, pressionada pelos centros urbanos. A produção pesqueira deixa de ter como objetivo a obtenção dos meios de subsistência, e passa a se tornar mercadoria. Além da pressão imobiliária sobre os terrenos de lavoura, foi o mercado que, requerendo sempre maiores quantidades de pescado, atraía o pescador para a pesca, pois possibilitava retornos muito mais rápidos do que a agricultura. Ou seja, de um lado a pressão imobiliária, e de outro a demanda crescente, transformando os modos de relação produtiva dentro da comunidade. Inviabilizada a atividade agrícola, o pescador se vê pela dependência com o mercado urbano, sendo obrigado a consumir produtos industrializados, substitutos da pequena produção caseira alimentar e de artesanato. Só que para se obter mercadorias industrializadas, se consumir o produto urbano, é necessária a posse de dinheiro para a troca. Então, é justamente no aumento da demanda pelo pescado, a possibilidade de obtenção de dinheiro para a compra de produtos urbanos. O dinheiro apenas passa momentaneamente pelas mãos dos pescadores para novamente retornar à cidade. Temos então fechado o círculo de dependência de consumo do pescador, que muda a sua lógica de produção (de subsistência) e passa a assumir a lógica do modo capitalista de produção, baseado na mercadoria e no consumo.

O capitalismo incorpora novos espaços mediante novos meios de comunicação para extrair os recursos naturais; a produção no espaço incorporado já não é regida segundo os valores nem segundo os tempos de reprodução da natureza.

O antagonismo entre um tempo econômico, que deve marchar segundo o rápido ritmo imposto pela circulação do capital e a taxa de juros, e o tempo biológico, que transcorre conforme o ritmo da natureza (para produzir mogno, ou sardinha, ou para regenerar superfícies contaminadas, ou para produzir petróleo), expressa-se na destruição da natureza e das culturas que valoram de outra maneira os recursos naturais. Ao colocar em valor novos espaços, modificamos os tempos de produção, e o tempo econômico-crematístico triunfa sobre o tempo ecológico. Esta vitória, está claro, é apenas aparente. (Martínez Alier, 1998, p. 248)

2.4. DOMINAÇÃO CULTURAL

Cada indivíduo possui sua própria identidade, esta que lhe veio fruto do local onde nasceu e viveu, de ser filho de únicos pais, e de toda a história do dia a dia de sua vida. Assim como falamos de identidade individual, podemos falar da identidade social, que nada mais é do que a somatória, o grupo, a comunidade que se identifica num mesmo modo de vida, com seus valores típicos e característicos. Quanto mais estreitas as ligações entre as pessoas, menos complexa a sociedade, mais visível a existência de uma única identidade cultural. Na comunidade pesqueira estes valores se demonstram pela relação do pescador com o mar, na relação com o vento, as marés a lua,.... gerando uma “cultura marítima”, constituída, “*pela prática dos pescadores num ambiente marcado pelo perigo, risco, mobilidade e mudanças físicas*”. (Diegues, 1995, p. 30).

O homem urbano, o turista, chega impondo seus valores, que se baseiam no individualismo, na propriedade privada de todos os bens e dos meios de produção e no extremo consumismo. Na valorização única do seu modo de vida, e o repúdio irônico ao modo tradicional de vida pesqueira. O desenvolvimento traz valores que impregnam a vida da comunidade, mudando seus costumes através da imposição amigável. Se hoje se acha irônico o fato de os antigos índios guaranis se deslumbrarem com presentes como o espelho, que diferença há no consumo televisivo imposto pelo desenvolvimento atual, mudando os costumes tradicionais, e impondo culturas e padrões de consumo totalmente fictícios, fruto de escritórios de publicidade e de estúdios de televisão.

(...) o amigo, o que mais mudô a cultura são os festejo que tinha, por exemplo o boi de mamão, o terno de reis, mudô, o turista mudô muito, principalmente a gauchada mudou muito, porque nós tamo deixando a nossa cultura de Santa Catarina, prá usá a cultura dos outro, tá desaparecendo tudo (...) é uma tradição que ta se acabando. (...) é tanto sexo, tanta violência (...) pelo amor de deus, então isso aí, cada vez a televisão ta mostrando mais. Bota violência nisso, (...) hoje tá tudo mudado, a televisão tá acabando com a cultura, e vão buscá outra cultura, de outros tipo né, coisa que não é nossa, o qué que a gente vai fazê. (Anexo)

O choque cultural fica evidente quando o pescador vem ao centro da cidade e se defronta com uma realidade distante de seu dia a dia (Anexo). Os meninos que pedem esmolas, os barracos nos morros, as filas nos bancos e o trânsito tiram do pescador as referências de que necessita para viver: a tranquilidade e o mar. Evitando os deslocamentos para fora da comunidade de origem, os pescadores hoje assistem seus filhos partirem para o centro da cidade em busca de um novo trabalho que não a pesca.

De acordo com a pesquisa realizada a uma tendência nos pescadores a estes preservarem os seus hábitos e costumes, as lembranças e as superstições. Como não depende

de outras pessoas, mas apenas do mar, das redes e do barco, o pescador tem a sensação da liberdade, podendo dispor de seu tempo da maneira que mais lhe parece conveniente. Por saber onde pode encontrar alimento para sobreviver, o trabalhador da pesca menospreza muitas das “necessidades” colocadas pela sociedade de consumo. Assim, poucos são os pescadores artesanais que buscam, através do trabalho, o ganho exagerado. A maioria contenta-se com o que dispõe, sem lutar pela conquista da cidade, do mercado, do mundo. A conquista que o preocupa é a do sustento diário. E a manutenção da liberdade.

3. O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO E O FINANCIAMENTO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL

Enquanto uma forma específica de produção, a pesca artesanal estabelece relações fundamentais passíveis de caracterização. Primeiramente, há a ausência de assalariamento de mão de obra e vínculos empregatícios legais. O pleno domínio do processo de trabalho, aliado ao conhecimento empírico, passado de geração para geração, das condições naturais da pesca. Em um segundo plano, há a ausência de acumulação de capital, e a constante rusticidade dos instrumentos de trabalho – embora tenham adquirido pequena tecnologia com o tempo.

Segundo Diegues, em diversos trabalhos, a forma artesanal de produção pesqueira se enquadra no conceito de pequena produção mercantil, onde uma das características fundamentais dessa forma de produção é sua articulação a outras formas de produção que lhe são dominantes, como é o caso da pesca artesanal e sua relação com a comercialização. Uma articulação de dependência, onde uma necessita da outra para se reproduzir. É de fundamental importância para o capital comercial que a pesca artesanal continue a ter suas relações próprias de assalariamento e reprodução, pois assim retira da esfera do capital comercial os possíveis prejuízos e investimentos em produção.

Essa articulação tampouco é uma justaposição de formas diferentes de produção. Cada uma delas tem leis próprias de reprodução de seus fatores e de suas relações de produção, (...) cada uma das formas tem um ciclo definido de reprodução de seus elementos que se influenciam mutuamente quando articulados. É, no entanto, o tempo ou ciclo de reprodução da forma de produção dominante que dá o ritmo e

as modalidades da reprodução do sistema como um todo.
(Diegues, 1983, p. 204)

A pesca artesanal será aqui trabalhada como sendo aquela realizada por grupos de pescadores, com tripulação que varia de 2 a 5 pessoas, em barcos de não mais de 12 metros de comprimento - sempre abertos - , com utilização de remos, para barcos pequenos, ou na sua maioria motores de centro a diesel. A tecnologia empregada se resume a utilização de motor, e ao emprego de redes de náilon compradas no mercado, não mais feitas artesanalmente pelos pescadores. A produção do pescado tem como fim o mercado, isto é, a pesca tem como finalidade a venda, sendo regida pelo princípio da mercadoria como forma de obter dinheiro, para se adquirir outras mercadorias (M-D-M). A unidade de produção é normalmente familiar, ou de vizinhança, sendo como forma de remuneração a adoção da divisão em partes ou quinhão.

O sistema da pesca artesanal se caracteriza pela utilização comunitária de determinados recursos, como os peixes. São recursos naturais renováveis de propriedade de todos aqueles que vivem na comunidade, ou seja, a gestão comunitária esta subordinada a propriedade coletiva onde todos os da comunidade tem acesso. Não é uma propriedade embasada em fatos legais ou burocráticos, mas sim na história da comunidade, no dia a dia de vida e aprendizado de preservação, pois dependem desta preservação comunitária para manter-se o acesso comunitário aos recursos.

É relevante a relação do pescador artesanal com a natureza, relação esta básica para se determinar a pesca como artesanal. Uma característica fundamental é que todo o conhecimento, o sucesso ou o insucesso da pescaria se deve ao pescador, pois é na sua relação com o mar, o vento, a lua, a temperatura, a época certa e a rede certa para cada espécie de peixe, que este traduz a sua experiência, valoriza sua mão de obra, e estabelece uma relação sem igual com os fatores ambientais. Junto com esta bagagem de sabedoria, o pescador artesanal respeita os ciclos de desova e crescimento, pois sabe que destes depende as próximas safras. A sobrepesca que se realiza hoje compromete a pesca da safra seguinte, e o pior, a pesca feita fora de sua época, na época da desova, diminui consideravelmente os estoques de pescado, sempre num crescente.

É importante a sobrevivência dessas culturas humanas para que o meio ambiente em que elas vivem seja preservado. As comunidades de pescadores artesanais apresentam inúmeros exemplos de proteção e uso adequado dos recursos naturais e do meio ambiente que servem de lição não só à sociedade brasileira como um todo, como também aos movimentos ambientalistas.

3.2. SALÁRIO E LUCRO / ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A particularidade na remuneração salarial, dentro do modo de produção do pescador artesanal, segue a lógica de socialização da produção, onde todos (patrão, mestre e camaradas) dividem a produção, sendo favorável ou não para todos. Forma-se um contrato de parceria, agrupando os pescadores independentes; tanto os possuidores dos barcos e dos apetrechos de pesca, como os despossuídos de meios de produção (camaradas), mas inseridos no modo de vida da pesca artesanal – grande maioria dos pescadores artesanais.

A remuneração se dá pelo sistema de partes, quinhão ou partilha. Do total da produção, metade fica para o proprietário da embarcação e da rede, e a outra metade é dividida entre os que participaram da produção, o mestre e os camaradas. Caso o mestre não seja o dono dos meios de produção, este recebe também um quinhão dos 50% referentes ao proprietário dos meios de produção. Quanto ao óleo diesel utilizado na produção, há casos em que se desconta o valor correspondente ao óleo antes da divisão da produção, e casos em que o proprietário da embarcação assume os custos do óleo, dentro dos seus 50% pertencentes.

Deste modo, o pescador camarada, despossuído de quaisquer meios de produção, participa do processo unicamente com sua força de trabalho e saber da pesca. Recebe para tanto, parte percentual do total da produção (quinhão) na forma monetária, e um ou dois peixes, em espécie, frutos da produção diária. Com o peixe, garante a base de sua alimentação e da família. Com a pequena remuneração monetária, oscilante e dependente de vários fatores, adquire os demais produtos para a subsistência familiar que a cada nova safra vê deprimida e perplexa a deterioração de seu modo de vida, e as pessimistas previsões futuras.

A acumulação de capital se dá em dois níveis. Em um primeiro, inerente ao modo de produção artesanal, no qual a acumulação ocorre via exercício da captura, dentro do processo de pesca artesanal. E permanece dentro da própria comunidade. É o caso dos pescadores artesanais possuidores de meios de produção, barcos e redes; que por serem proprietários, ficam com metade da produção. Pelo que se notou na Armação, esta acumulação permite apenas a manutenção dos meios de produção, rasgos em redes, pintura do barco, consertos no motor, enfim, praticamente inexistente acumulação neste nível, pois o ciclo do processo produtivo acaba por consumir toda a pequena acumulação.

Em um segundo plano, percebe-se claramente aonde se dá a acumulação do excedente da pesca artesanal. Se situa na figura do comerciante, do atravessador que compra o pescado na praia, diretamente da embarcação, e revende no mercado, no mesmo dia, ou congela e/ou enlata, para ser revendido em escala industrial. A acumulação no nível do comerciante se dá fora do modo de produção da pesca artesanal. Não importa mais a relação que o pescador tem com o mar ao pescar o peixe, o processo de partilha da produção, nem toda a cultura e o saber adquirido de gerações dentro da comunidade; nem os camaradas. Esta segunda relação na produção se baseia na exploração comercial, na troca de mercadorias, o pescado de um lado, e o dinheiro do outro, oferta e demanda de bens. Relação tão própria do modo capitalista de produção, que é embasada na exploração, na apropriação do fruto do trabalho de outros.

O sistema de remuneração por partes parece ser uma resistência ao domínio do modo capitalista de produção, mas o capitalismo ao aceitar a permanência deste modo de remuneração, e não o assalariado, usa o sistema de partilha para diminuir os eventuais prejuízos derivados da inconstância da produção. Pois ao não assumir o trabalhador como parte integrante do processo produtivo (assalariado), elimina os custos burocráticos e legais do vínculo empregatício, tornando a partilha uma forma subordinada ao capitalismo na medida em que é usada para aumentar a exploração do pescador-trabalhador.

3.3. EXPERIÊNCIAS COOPERATIVAS EM SANTA CATARINA

O pescador tem consciência que é o atravessador que fica com o fruto monetário da pesca, sabe que é explorado pelo intermediário. A pesca, mais do que qualquer outra atividade econômica, se caracteriza pela perecibilidade do produto. A conservação em escala comercial exige câmaras de conservação ou outros processos igualmente caros, como a salga e a secagem. O pescador não dispõe de condições materiais (câmaras frigoríficas) para conservar o pescado, tornando-se totalmente dependente do esquema de comercialização dos intermediários, proprietários destas condições de armazenamento e transporte. Além disso, o pescador assume uma dependência financeira com o intermediário, através de empréstimos para compra e reforma de barco, motor e redes.

Vê-se que a consciência do pescador, vai até o limite da exploração comercial do pescado, não tendo entendimento de todo o sistema econômico exploratório maior no qual estão inseridos dentro da dominação pelo modo capitalista de produção mundial. Ou seja, para o pescador, o problema se resolve com a oferta de melhores preços pelo pescado. A eliminação da figura do intermediário, com a criação de um sistema alternativo de estoque e distribuição no qual o produto da venda ao consumidor final ficasse dentro da comunidade pesqueira, dentro do ciclo da pesca artesanal. Sem dúvida, pensa-se em um esquema cooperativo.

Diversas foram as experiências localizadas de implantação de formas cooperativas de produção em Santa Catarina. Durante a década de 50 e 60, o Deputado Estadual Paulo E. Wright organizou a Federação das Cooperativas dos Pescadores de Santa Catarina Ltda (FECOPESCA), reunindo 27 cooperativas ao longo do litoral do estado. O funcionamento deste projeto se inviabilizou por razões políticas, e o Deputado foi cassado devido ao golpe militar, barbaramente torturado e passou a figurar entre a lista dos desaparecidos durante o regime militar. Infelizmente, pois segundo relatos dos pescadores da Armação este deputado contava com a confiança dos pescadores artesanais.

(...) aqui já teve um que quis fazê uma vez, foi o ex Deputado Paulo Wright, ele queria fazê a cooperativa, desapareceu até hoje, na revolução de 64, os militares. e ele foi

preso como subversivo, como comunista tá, porque ele ajudava os pequeno, ele andava nos ponto de pescaria também fazendo cooperativa, aí foi cassado o mandato dele e ele desapareceu.

(Anexo)

Um outro projeto de cooperativa, este efetivado, foi a criação da COOPERBELO – Cooperativa de Pesca de Porto Belo Ltda, por iniciativa do governo do Estado, no final dos anos 70. Teixeira & Teixeira, em trabalho realizado em 1986, relata a situação da COOPERBELO neste ano. A COOPERBELO tem uma atuação direta com entrepostos de recepção de pescado em Porto Belo, Garopaba, além das iniciativas frustradas da Pinheira e da Barra da Lagoa. A atuação indireta da Cooperativa é através dos seus caminhões que percorrem o litoral pegando o pescado de safra esporadicamente em outras comunidades.

O surgimento da COOPERBELO se deu por iniciativa governamental, e com financiamento do Banco Mundial, o que permitiu ao estado, desde o início, explorar politicamente o projeto não se preocupando com sua consolidação no meio dos pescadores.

... não restam dúvidas de que a criação da Cooperativa partiu, principalmente, de uma intervenção do Estado numa atividade específica da economia catarinense: a pesca artesanal. O Estado justificava a sua ação no plano econômico, utilizando-se para isso de uma política pretensamente reformista ...
(Torrens, 1984, p. 52).

Não conseguindo eliminar os intermediários, e por possuir gastos elevados com manutenção, despesas salariais e outros inerentes a uma empresa, a COOPERBELO passou a agir como mais um intermediário, que para sobreviver na concorrência capitalista tem que comercializar o pescado pelo preço vigente no mercado.

Por outro lado, pela iniciativa errada e frustrada de funcionamento da COOPERBELO, esta se reflete negativamente para o conjunto dos pescadores da Armação, pois serve de experiência desfavorável ao pensarem num esquema próprio de comercialização.

A participação dos pescadores envolvidos numa iniciativa neste sentido é fundamental, não só do ponto de vista da legitimidade mas, principalmente, na perspectiva da eficácia da organização. Para que efetivamente funcione um sistema de comercialização cooperativo do pescado é necessário que esteja colocada no meio dos pescadores uma “consciência coletiva” em romper com o intermediário e uma disposição em se organizarem por conta própria. A intervenção do Estado, então, neste processo, deve ser a de apoiar legal e financeiramente a iniciativa dos pescadores, garantindo a organização e mobilização da categoria, e não a de tomar a frente do processo e oferecer a “cooperativa” pronta para os pescadores se associarem.

Surgiram outras formas de organização coletiva dos pescadores, os condomínios e as associações. Com o intuito específico de aproveitar a “boa vontade” do governo em financiamentos, para a resolução de carências imediatas, como foi o caso do rancho coletivo construído em alvenaria pela Prefeitura na praia da Armação. Não respondendo de maneira alguma a uma forma coletiva de organização da produção, e sim a necessidade dos pescadores de aquisição de meios de produção, impossíveis de se conseguir individualmente.

3.4. A ASSOCIAÇÃO DE PESCA DA ARMAÇÃO DE SANT'ANA ²

A Associação de Pesca da Armação já existe a mais de dez anos, mas até o presente momento não tinha ainda sido declarada de utilidade pública. A atual diretoria está tentando efetivar sua legalização, e os papéis burocráticos já estão em Brasília, à espera de alguma influência política para serem liberados.

Segundo os relatos, são nove os pescadores que trabalham procurando manter a associação. Os pescadores na atividade diária são uns 40, aqueles que saem quase todos os dias ao mar, e exclusivamente do mar tiram o seu sustento e da sua família. De chão. Como é chamado o pescador que, ou passa o dia na praia, pesca de tarrafa, ou já é muito idoso. São

² Este tópico foi desenvolvido segundo uma entrevista gravada, realizada junto aos três principais membros da associação de pesca da praia da Armação.

3 anos na Armação, depois de trabalhá os seis meses de pesca da anchova, tem direito a fazê esse frete no verão.

Entre os planos futuros, esta a construção de um galpão junto a praia para proteger os barcos das ressacas do mar, bem como servir de local para a reforma de embarcações.

... tamo conseguindo junto aos órgão do governo um pedaço de terreno pra nós pode construí um galpão, que nós tamo sem muita praia pra botá as lancha, prá pode puxá as lancha nas campanha, (...) um galpão que dê mais segurança para o pescador, não tem mais espaço na praia. Antigamente a praia era praia, puxava as lancha em qualqué canto da praia, hoje nós não temos mais praia prá mais nada. E o que acontece com isso daí, fica mais dificultoso ainda de tu continua pescando ...

Outro projeto é a construção de um molhe junto às pedras para facilitar o trabalho do pescador, que então poderá deixar o barco ancorado e protegido dentro da água. O entrevistado da associação já visualiza que então surgirá empresas de escuna que irão querer aproveitar da situação privilegiada da Armação e das construções então feitas.

... a nossa associação tem quê sê forte porque aí vai vim escuna querê trabalhá aqui, nessa hora não pode marrê a nossa associação, porque eles sabem de um jeito ou de outro as escuna, eles bota quanta gente quisé dentro dela.

4. UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO MARINHO E SEUS RECURSOS

4.1. RECURSOS VIVOS DO MAR

A produtividade nos ecossistemas marinhos depende da quantidade de luz recebida e de nutrientes à disposição dos organismos. A luz solar diminui com o aumento da profundidade, e a quantidade de nutrientes tende a se concentrar nas camadas inferiores. Formam-se duas camadas, a superior, bem iluminada mas pobre em nutrientes e a inferior, rica em nutrientes mas pouco iluminada. No mar que banha a costa catarinense, a ressurgência formada pelo encontro das correntes das Malvinas (vinda do sul) e da corrente do Brasil (vinda do norte), aumenta a produtividade dos ecossistemas marinhos.

O meio marinho pode ser dividido em dois grandes domínios no sentido vertical – o domínio pelágico e o domínio bentônico – e em três grandes zonas, no sentido horizontal, zona litoral, zona costeira e zona oceânica. (Diegues, 1986)

O domínio pelágico é habitado por espécies que vivem em dependência da massa de água, com um mínimo de interação com o substrato do fundo. O domínio bentônico é habitado por espécies que vivem em mais íntima relação com o substrato, sobre o qual se fixam, escondem ou procuram alimento. Os peixes demersais são típicos deste habitat.

As três zonas em que pode-se dividir o meio marinho são definidas em função da produtividade e da distância da linha da costa. Os ecossistemas litorâneos são entre todos os ecossistemas marinhos, aqueles que mais sofrem impactos ambientais antrópicos. Dependem diretamente dos ecossistemas de matas costeiras, restingas, dunas, manguezais, pântanos salgados, praias, costões rochosos, estuários, lagunas, baías, áreas em frente às praias e da ação do homem sobre este conjunto todo maior, formando o ecossistema litorâneo. Situa-se nesta área o grande viveiro produtor e reprodutor das espécies capturadas não só na faixa litorânea mas também em toda a faixa costeira. Sendo este o principal ecossistema produtor marinho, de vital importância para a manutenção dos recursos vivos do mar

Os ecossistemas costeiros possuem condições ecológicas relativamente instáveis, que não permitem o desenvolvimento de comunidades com estrutura mais complexas. Nestas condições, as espécies que apresentam maior sucesso são aquelas de crescimento rápido, altas taxas de fecundidade, ciclo de vida curto, adaptadas a grandes flutuações estacionais e mesmo anuais. Estas espécies suportam relativamente grandes esforços de pesca, pois podem se recuperar mesmo que grande parte da sua população seja capturada anualmente.

Os ecossistemas pelágicos oceânicos são relativamente mais estáveis, apresentando espécies de maior tamanho e ciclo de vida mais longo. Geralmente, estas espécies realizam grandes migrações oceânicas, à procura de alimento ou locais de reprodução.

No litoral sul do Brasil, em especial na costa de Santa Catarina, as condições físicas favorecem o aparecimento de grandes concentrações de pescado, passíveis de exploração em larga escala. A plataforma continental se alonga mar afora, com fundo de areia e lama, o que favorece a técnica do arrasto, e o desenvolvimento de uma vida marinha própria, que oferece águas mais férteis justamente pela extensa plataforma continental rica em nutrientes (profundidade de até 180 metros), enquanto que as águas profundas do oceano são um virtual deserto biológico.

O litoral de Santa Catarina é repleto de pequenas enseadas, e inúmeras ilhas, o que favorece o desenvolvimento de espécies de peixes devido a presença de extensos costões rochosos. Espécies como a anchova, por exemplo, são pescadas junto aos costões. Na praia da Armação, os costões mais explorados para a pesca são o do Morro das Pedras e o da Lagoinha do Leste.

Outro fator de extrema importância para tamanha biodiversidade marinha é o fato de no litoral da Ilha de Santa Catarina se encontrarem as correntes marinhas vindas do norte (corrente do Brasil) e do sul (corrente das Malvinas). Uma zona de ressurgência de correntes, uma quente e outra fria , aumentando o número de espécies aqui encontradas.

No espaço aquático há uma grande mobilidade dos recursos, não havendo fronteiras definidas delimitando os espaços dentro da água. Enquanto certas espécies nascem e se desenvolvem num nicho ecológico geograficamente restrito, outras, como a tainha freqüentam nichos separados fisicamente por milhares de quilômetros. Segundo o grau de desenvolvimento da produção pesqueira, a posse ou não de recursos tecnológicos e o conhecimento empírico do

pescador, as diversas formas de produção da pesca exploram um ou vários desses ecossistemas naturais.

4.2. POLUIÇÃO NOS OCEANOS

Quem olha o nosso planeta azul a partir do espaço logo nota algo que o distingue de todos os outros mundos conhecidos: a água, que cobre 71% da superfície terrestre, abrigando 97% da água do planeta. Os oceanos são o berço da vida, a principal fonte do oxigênio, mais de dois terços da humanidade vivem nas suas margens. Foi no mar que surgiu o primeiro ser vivo, 3,9 bilhões de anos atrás, é o mar que gera quase todo o oxigênio que respiramos e que rege as temperaturas na maior parte do mundo.³

O mar não pode ser considerado como algo infinito, um mundo à parte do mundo terrestre, pois depende dos estuários e mangues para manter a reprodução da fauna marinha. Terra e mar estão intimamente ligados sobre o mesmo destino, a poluição nos oceanos leva a poluição da maior parte de água do planeta, destrói espécies de vida da qual o homem se alimenta, muda o clima e a temperatura da terra. A poluição terrestre tem como fim os oceanos, o lixo, os dejetos, os poluentes químicos tomam como rumo com a ajuda da gravidade o destino nos mares. Os oceanos vão mal de saúde, se o mar fica doente, nós sentimos. Se ele morrer, nós morremos. O nosso futuro e a situação dos oceanos são uma coisa só.

A biodiversidade marinha é afetada pela excessiva poluição dos oceanos advinda da ação do homem sobre os recursos naturais, e da excessiva produção de lixo químico e sólido que é lançado no mar. Poluindo o habitat de diversos seres vivos e aos poucos matando a vida dentro dos oceanos. Os poluentes transformam os mares costeiros em verdadeiros desertos aquáticos, os esgotos, além de matarem o plâncton que produz o oxigênio, carregam bactérias

³ Folha de São Paulo, 17 de Maio de 1998.

nocivas que entram na cadeia alimentar marinha e contaminam os peixes que comemos. De todos os poluentes o pior é o petróleo, pois o óleo mata tudo o que estiver por perto: peixes, aves, mamíferos e algas.

Todo ano são despejados nos oceanos cerca de 3,2 milhões de toneladas de petróleo, 80.000 toneladas de mercúrio e 50.000 toneladas de pesticidas. A pesca predatória já atinge 70% dos estoques mundiais de peixe e ameaça várias espécies de extinção, as praias do mundo inteiro são o destino final dos esgotos que recolhem os detritos de bilhões de pessoas.⁴

De outro lado esta a pesca predatória em escala industrial, barcos pesqueiros empresariais com métodos de pesca inadequados estão levando animais marinhos à extinção. São barcos que pescam em escala industrial, com intuito de abastecer populações a nível nacional, e até mundial. Utilizando métodos de pesca que desperdiçam parte de um terço de tudo o que se pesca no mundo, cerca de 27 milhões de toneladas pescadas são devolvidas para o mar, já morto. Milhares de microorganismos aquáticos são arrastados pelas grandes traineiras, degradando uma das principais fontes de alimento dos pequenos peixes, que se encontram no fundo do substrato marinho.

De um lado a poluição, e de outro a degradação. Depois de o mundo capitalista ter usado o mar para dominar todas as terras, restou ao mar a lamúria de padecer nas garras do capital. Poluição e sobre-pesca são frutos da mesma nascente, o mundo consumista do lucro. Várias práticas pesqueiras se apoiam na ilusão de que as espécies marinhas são infinitamente abundantes, capazes de se recompor sem problemas, independente de quantos barcos ou redes sejam lançados ao mar ou do grau de destruição do método de pesca. A maioria das pessoas ignora que jogar redes de arrastão no mar equivale a fazer terraplanagem em uma floresta só para pegar passarinhos.

Não adianta só falar mal do sistema, todos nós temos alguma responsabilidade no aumento da emissão de fumaça, gases, lixo doméstico e industrial na atmosfera cujos resíduos acabam se depositando no oceano, modificando sua química. Todos nós estamos de alguma forma comprometidos com as medidas adotadas para que as terras produzam colheitas e para que as cidades sejam erguidas com a conseqüente deterioração dos ecossistemas naturais,

⁴ Revista Super Interessante, Abril de 1998, n.5

resultante do escoamento de resíduos para os rios e lençóis freáticos, que inevitavelmente acabam no mar.

Se pesquisou também um pouco da percepção ambiental dos pescadores artesanais, seu Aldo, um entrevistado nos relata:

Umas das maiores poluição que temos no Brasil, e ninguém tá dando pela coisa, é o plástico tá, porque o que você encontra no meio do mar saco plástico, copo plástico, a garrafa, é coisa, não dá é desacreditado isso aí, vam agarrado na rede. (...) porque antes você chegava no supermercado e levava tudo em caixa de papelão (...), hoje não, você pode ir lá no supermercado e repará, tudo sacola, então vai pegando embalagem de plástico, tudo o que você pega é embalagem de plástico. (...) isso aí vai sê uma das maiores poluição do nosso Brasil, o plástico. Tem o esgoto que é o pior, isso aí você sabe, todo lugar que tem o esgoto que vai pro mar isso aí acaba.
(Anexo)

4.3. PESCA ARTESANAL X PESCA INDUSTRIAL

Ao longo do extenso litoral catarinense, existem distintas formas pelas quais o trabalho produtivo na pesca se organiza. (Diegues, 1983)

- Desde pequenos produtores, pescadores de canoas a remo, que pescam quase que somente para a subsistência, para o consumo próprio, vendendo muito pouco do que produzem, pois sua produção é pequena.

- Outros pescadores que produzem dentro dos moldes de pequena produção mercantil, distinguindo-se pelo processo rudimentar, de canoas a remo, e pela conjugação da pesca com a

lavouira, sendo a pesca realizada como uma atividade ocasional, geralmente nos períodos de safra (tainha, por exemplo).

- Pescadores artesanais, que realizam uma produção mercantil quase que totalmente voltada para a venda, para a realização da troca pela moeda. A atividade pesqueira é a principal fonte de renda. Possui conhecimentos específicos inerentes ao seu viver e faz da pesca a sua profissão.

- E o trabalho na pesca empresarial-capitalista, realizada dentro das relações capitalistas de produção. Trataremos aqui dos confrontos pela utilização do espaço marítimo, desdobrando as formas de pesca artesanal, e empresarial, por serem estas que extraem os recursos marinhos em grande escala.

A pesca empresarial-capitalista se define como: a) a posse dos instrumentos de produção esta nas mãos de empresas privadas capitalistas, organizadas hierarquicamente, possuindo geralmente todos os setores da produção industrial, desde a captura, a comercialização e a industrialização. b) os pescadores embarcados são remunerados por salários, acontecendo em algumas funções específicas a participação do trabalhador-pescador na produção. c) não é mais o pescador quem decide quando pescar, quanto tempo ficar no mar ou onde pescar, ficando a mercê das decisões dos escritórios da empresa. d) o “mestre” da pesca deixa de ter relevante importância, seu saber empírico passa a ser substituído pela introdução de equipamentos modernos como o sonar, o radar, a ecossonda, etc. e) barcos cada vez maiores são exigidos pela produção em grande escala, exigindo uma ampla estrutura em terra. f) a pesca é totalmente direcionada para a produção de mercadorias, sendo a força de trabalho reposta somente através do salário, não havendo nenhuma forma de troca entre mão de obra e pescado.

Essas duas formas de produção coexistem num ambiente marinho com características próprias, influenciado por um conjunto de condições naturais, físicas e biológicas nas quais se desenvolvem processos naturais de reprodução de espécies marinhas. Esses processos biológicos formam um ambiente no qual se desenvolve uma verdadeira indústria natural. A ação do homem sobre o ambiente marinho surge como mais um fator, além daqueles naturais, que somando-se a estes influencia e modifica a própria ação dos fatores naturais históricos. Nesse sentido, o ambiente marinho é uma construção histórica, a todo momento mutável,

reflexo de diferentes maneiras de interação do homem com a natureza ao se produzir a vida material e social.

Devido à expansão capitalista na produção de pescado, a utilização do espaço marinho tem assumido um caráter conflitivo, patrocinada pelo Estado através de incentivos ao setor industrial, em detrimento cada vez maior do setor artesanal, que passa a ser excluído do direito a pesca pela ação governamental. É o resultado da política econômica para o setor.

Esta modernização induzida, extremamente favorável em termos fiscais à indústria pesqueira, é resultado da ótica das instituições sobre a pesca artesanal que sobre ela refletem e a elas se referem, a partir de um ponto de vista elitista e do capital (Loureiro, 1985, p.137).

Segundo a pesquisa na Armação:

Saiu uma verba a uns 2 anos atrás, só que as firma que pegaram tudo com juros baixissimo tá, só que as firma grande como o dono da Pioneira e as outras de Laguna e Itajai. Pagando um juro baixinho, esse foi a ajuda de custo pro pescador pequeno, só que eles inventaram tanta documentação pra você tira esse dinheiro do banco que no fim todos os pescadores artesanais desistiram porque não tinha vantagem. Eles só favoreceram o tubarão, os grandes, o cara que foi lá tirou uma grande quantidade de dinheiro, como a Pioneira tirou, e ficou investindo em casa, ficou construindo, Firma de Construção Pioneira da Costa. (Anexo)

A pesca artesanal no confronto com a pesca industrial enfrenta vários entraves de desenvolvimento. Trata-se de uma competição desigual, não bastando a diferença tecnológica existente entre as duas formas de produção, onde a pesca industrial leva grandiosa vantagem, o

apoio governamental se dá somente para o lado industrial. Enquanto o pescador artesanal utiliza equipamentos rústicos – pequenas embarcações, artes incomparavelmente inferiores em termos de captura, etc – a pesca industrial, além da moderna tecnologia – sonar, guindastes, tripulação especializada, etc, - e um espaço físico quase que infinito, ainda se acha no direito de invadir a limitadíssima área da pesca artesanal.

Não são poucas as queixas e relatos de pescadores da Armação em decorrência da persistência com que os barcos industriais pescam junto a costa. Apesar de ser proibido a pesca industrial em águas rasas próximas a costa, todos os dias se verificam barcos industriais nestas áreas. Apesar das queixas dos pescadores artesanais junto ao Ibama, este órgão não fiscaliza os barcos industriais. Pois, assim como os pescadores embarcados nos grandes barcos estão sujeitos a ordens superiores que pressionam a pesca junto a costa, [O Ibama, também é um braço destes órgãos superiores, que só se interessam em aumentar o PIB brasileiro no curto prazo, não importando a preservação da biodiversidade marinha nem tampouco a manutenção das culturas e populações tradicionais. Tal é a subordinação da fiscalização aos ditames do capital, que fiscalização mesmo só ocorre junto as redes dos pescadores artesanais, e não junto aos] barcos industriais.

...aí uma vez tinha um cardume grande de tainha e barco grande veio jogá foguete dentro do mar e o cardume corria de medo por causa do barulho e eles cercavam, aí deu um atrito grande com os pescadores aqui da Armação, as baleeiras foram lá tira um caso e, eles jogaram pedra, foguete, teve até tiro de revólver lá do barco, deu isso aí, os atuneiros também aqui, já fizeram rolo aqui. Aí depois veio a polícia e favoreceu a eles, porque agora quem cuida é o IBAMA, mas a polícia ambiental ela segue as normas do IBAMA. Então o que aconteceu, foi chamado e ela nada fez porque eles tinham ordem de pesca e eles realmente tinham mesmo, foram buscá em Brasília, e aí pau, tudo isso aí. (Anexo)

O modo de pesca industrial em larga escala necessita de redes maiores, com malha menor (espaçamento entre o vão da rede). Sendo portanto mais nocivo ao ambiente marinho, por pescar tamanhos pequenos de peixes e por destruir o fundo na pesca de arrasto.

A pesca de arrasto, é como um arado arando a terra, são duas pás de ferro, que vão remexendo o fundo, e jogando tudo o que levanta, nesta aragem, para dentro de uma rede em forma de funil. Tudo que está no fundo vai para dentro, peixes grandes, peixes pequenos, e toda a fauna e flora do fundo do mar que serve de alimento e viveiro para várias espécies.

E sai puxando, aí o peixinho miúdo, aquela criação que entrando pra dentro do sacador uns outro peixe grande também vão entrando, e vão apertando um o outro, que dizê vai socando vai indo la pra trás do saco. O que acontece? Quando chegando as 4 hora que vai colhê o arrastão o peixinho que tá dentro do arrastão morre tudo, fica tudo morto, eles pega, bota em cima do convés, escolhe o camarão, escolhe o que é bom pra eles que é o peixe graúdo e o camarão, restante, o miudinho, eles pega pá e joga tudo na água. A criação toda. (Anexo)

Os barcos industriais que pescam atum em alto mar, também vêm à costa para pescar manjuva pequena para servir de isca para o atum em alto mar. Pescam quantidades grandes de manjuva, e soltam lá fora, como forma de atrair os atuns. Assim como a técnica de arrasto, a pesca de manjuva para ser usada como isca, também depreda o mar, pois desperdiça recursos marinhos, em prol da diminuição do tempo de pesca, e para aumentar momentaneamente as quantidades pescadas.

São diversos atuneiros,(...) eles vem na costa cercam a manjuva no seco da praia, (...) só que o filhote dela é muito frágil, qualquer apertamento que fizé com eles na rede ele morre, porque é pequenininho e apertô morre. Porque o cardume de manjuva cercado, uma mata a outra, então eles só tira a que

ta viva porque não pode levá manjuva morta pra fora e o que morre eles bota fora. Aí ele cercam o cardume de manjuva que dava pra fazê 80,60 toneladas de sardinha grada, quando é a época, que depois que ela tá grada, fica com 17 cm que é o normal de uma sardinha tá, eles cerca aquele cardume de manjuvinha pequena pra tirá 300, 400, 500 quilo por cardume.(...) Mas como eles foram em Brasília no Ministério do Meio Ambiente e pegaram uma ordem que eles dize que não matam manjuva. Eles pegam manjuva viva e levam lá fora, soltam lá fora, só que o peixe se alimenta daquela manjuva. Mas aí eles cercam 10, 12 toneladas de sardinha por vez prá tirá 200, 300 quilo.(...) aí é chamada a policia ambiental, mas eles não fazê nada, porquê eles tem ordem de Brasília, isso e aquilo, com firmas grandes e o pescador artesanal só vai piorá. (Anexo)

5. ECONOMIA ECOLÓGICA DA PESCA ARTESANAL

5.1. O PENSAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO

O termo Economia Ecológica refere-se a esforços colaborativos para entender e integrar o estudo e o gerenciamento do 'lar da natureza' a ecologia e do 'lar da humanidade' a economia (Martínez Alier, 1998). A Economia Ecológica é direcionada para um melhor gerenciamento das interações entre o homem e a natureza de modo a assegurar o bem-estar tanto das próximas gerações quanto das espécies.

Economia Política foi o nome histórico para a Economia, porém hoje em dia é mais utilizado pelos ramos da Economia que estudam os conflitos distributivos. As partes ou ramos da Economia Ecológica (ou Ecologia Humana) que dedicam especial atenção à distribuição ecológica talvez poderiam chamar-se Ecologia Política. (Martínez Alier, 1998, p. 213)

Por conflitos distributivos entende-se às assimetrias ou desigualdades sociais, espaciais e temporais no uso humano dos recursos ambientais, ou seja, nos esgotamento dos recursos naturais, na perda da biodiversidade e na carga de lixo produzido.

Trata-se do estudo da compatibilidade, da vivência harmônica entre a economia humana e o ambiente a longo prazo, apoiando-se no estudo profundo da análise científica do fluxo de energia e materiais e da conservação da biodiversidade (Martínez Alier, 1998). Preocupa-se em tratar a economia como um subsistema da biosfera, e totalmente dependente dela, pois é a natureza que proporciona matéria/energia para a vida humana e é para a natureza que vai a matéria/energia desperdiçada pelo homem, são as trocas entre o sistema ecológico maior e o subsistema economia o que se constitui o objeto de estudo da economia ecológica.

Os fluxos de energia, os rearranjos da matéria baseados nas leis da termodinâmica são o fato central do processo econômico. “As duas leis da termodinâmica podem ser expressas em uma única sentença: *‘A energia total do universo permanece constante e a entropia do universo continuamente tende ao máximo’*” (Merico, 1996, p.41). Ou seja, “na natureza, nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”, a quantidade de energia permanece constante ao longo do tempo no universo, e a entropia – a quantidade de energia que não é mais capaz de realizar trabalho – aumenta na proporção do decréscimo da energia disponível. De um lado a energia disponível para a humanidade usufruir ao longo de sua era e sujeita a aumentos via tecnologia, e de outro a energia entrópica dissipada sob a forma de poluição e degradação ambiental. (Não trataremos aqui da energia solar, por não possuímos controle sobre tal fluxo no presente, sendo impossível sua valoração para o futuro).

A Economia Ecológica refere-se ao estudo da compatibilidade entre a economia humana e o ambiente a longo prazo, trabalhando a relação entre a distribuição ecológica e a pressão humana no meio ambiente. (Martínez Alier, 1998)

A economia do desenvolvimento sustentável prega a valoração dos recursos naturais, das externalidades ambientais decorrentes do processo produtivo e da degradação e poluição ambiental advindas não só da sobre exploração, mas também do excesso de lixo produzido devido justamente à economia da ideologia do consumo. Há de se valorar as externalidades no processo produtivo que geram degradação ambiental, acúmulo de lixo e esgotamento dos recursos naturais. Mas há de se estabelecer limites para a esfera da valoração, pois enormes ambientes naturais são impossíveis de serem reconstituídos pelo homem, sendo portanto não valoráveis dentro do sistema econômico.

Não há, por exemplo, como valorar a extinção de espécies, pois não existem parâmetros que atribuam valor a algo que não existe mais. Ou se preserva uma determinada espécie em extinção para que toda a humanidade possa viver no mesmo planeta que esta espécie, ou se extingue, e se valora dentro dos parâmetros de valor reinantes, transformando tal espécie em um bicho de aquário, ou talvez pior, em um bom documentário televisivo. O estado de sustentabilidade de uma economia deve ser melhor estimado através de indicadores biofísicos, que incorporem considerações acerca da distribuição ecológica às futuras gerações.

O pensamento econômico precisa se impregnar de pensamento ecológico, para então se pensar economicamente as relações humanas e com o meio ambiente. As razões para se adotar o pensamento verdadeiramente ecológico dentro da economia se encontram nos próprios limites econômicos ditados pela natureza ao impor barreiras para a exploração excessiva devido a extinção de espécies animais e vegetais, ou mesmo de recursos naturais minerais e petróleo, pois se a economia resolver extinguí-los, então estarão extintos e a economia não precisará mais se preocupar com estes, pois não existem mais.

Mudanças de padrões não só de consumo, mas de ideologia de vida movimentam o pensamento econômico ecológico na direção de procurar outro sistema econômico, que não ponha nas mãos do mercado a decisão de preservar, valorar ou mesmo usufruir até a exaustão os recursos naturais.

5.2. ECOLOGISMO POPULAR

Como o próprio nome diz, Ecologismo Popular diz respeito a questão ecológica e ao povo, o popular. Conforme Martínez Alier,

O ecologismo popular é mais bem uma via de solução para os conflitos distributivos econômicos-ecológicos. A categoria essencial é a de distribuição ecológica, ou seja, o acesso desigual ao uso dos serviços e recursos da natureza. (Martínez Alier, 1998, p. 24).

Encontramos na história diversos conflitos sociais com conteúdo ecológico que melhor seriam caracterizados como movimentos ecológicos dos pobres. Não se trata do ecologismo como fruto da abundância, onde por falta de recursos naturais - escassez de recursos e degradação ambiental - para manter os altos níveis de consumo, ou por excesso de resíduos do excessivo consumo moderno causador da poluição ambiental, geram movimentos

preservacionistas nos ricos. Mas sim como um ecologismo de sobrevivência que duvida do triunfo definitivo do capitalismo, questionando a crença do crescimento econômico e do “bolo”, que precisa primeiro crescer para depois ser dividido.

A ideologia do progresso encobriu a ignorância dos impactos ecológicos e sociais das mudanças tecnológicas, alimentando o povo com a propaganda enganosa de desenvolvimento para todos, enquanto só se vê aumentar a massa dos miseráveis e a distância entre as classes. As elites ricas e dominantes nacional e internacionalmente usam a demagogia do crescimento para continuar a explorar, tanto os recursos naturais como os recursos humanos, prometendo que se eles (os ricos) crescerem, os pobres crescerão também. Está mais do que visível que a Terra não comporta tamanho crescimento econômico, onde os padrões de consumo sejam os dos países ditos desenvolvidos. A falácia do desenvolvimento sustentável encontra-se nos limites da natureza.

Negar que a pobreza é freqüentemente uma causa de degradação ambiental seria ridículo. A pobreza pode reduzir radicalmente os horizontes temporais, pode fazer subir drasticamente as taxas de descontos implícitas. Entretanto, minha tese é a seguinte: aceitamos que a pobreza é uma causa de degradação ambiental. Então, do ponto de vista dos pobres, podemos interpretar o desenvolvimento do capitalismo (ou do sistema de mercado generalizado) como uma “Raubwirtschaft” continuada e crescente para cobrir os gastos dos ricos. Entendidos assim, os movimentos sociais dos pobres contra os ricos em geral têm um conteúdo ecológico (talvez apenas implícito), já que tratam de guardar os recursos naturais fora da economia crematística, sob controle comunal. (Martínez Alier, 1998, p. 375)

Portanto, se a pobreza é causa de degradação ambiental, se a pobreza nasce de determinadas relações políticas e econômicas, então os movimentos sociais que se opõem a essa dominação e exploração às vezes serão, também movimentos ecológicos.

Muitos movimentos sociais dos pobres são movimentos ecológicos. Os movimentos sociais contra a exploração do trabalho são contra a forma de relação entre as pessoas e a produção. Estão embutidos de questionamentos sobre o sistema capitalista e sua tendência crescente a exploração.

Não se difere em muito de movimentos contra o excesso de lixo produzido pelos ricos, mas sempre despejados nas áreas pobres. Estes também trazem a relação entre a produção industrial moderna e sua conseqüente produção de lixo, fruto do sistema capitalista moderno de produção. O capitalismo, ao apregoar o consumo, apregoa junto a produção de resíduos do consumo, representados pelo excesso de lixo produzido, sempre num crescente aumento.

Ou quem sabe até um movimento pela preservação de culturas tradicionais, como a indígena, por exemplo. Visa preservar àqueles que vivem em harmonia com a natureza, que aprenderam no contato direto com a natureza a extrair e preservar ao mesmo tempo os recursos naturais. São estes também movimentos contra o sistema reinante do capital, da destruição das culturas tradicionais, para que todos os povos tenham a cultura norte americana, ou européia, para o capitalismo dominar mais ainda, impregnando as pessoas de culturas fúteis e inúteis, apoiadas na ideologia de que a felicidade se obtém através do consumo.

Certamente a luta de Chico Mendes na Amazônia brasileira, concretamente no Acre, para preservar "reservas extrativistas" (ou seja, um uso do solo verdadeiramente produtivo, não-dilapidador, fundado na coleta da castanha, da borracha e de outros produtos renováveis) fez-se mundialmente famosa. Foi uma luta ecológica dos pobres contra os ricos fazendeiros do gado, sendo que Chico Mendes não foi a única vítima. Nas outras regiões da Amazônia a luta tem sido contra as represas hidroelétricas ou contra as empresas mineradoras.

São exemplos muito claros de ecologismo dos pobres.
(Martínez Alier, 1998, p.302)

Os movimentos sociais que lutam contra a hegemonia do capital estão lutando contra o sistema vigente, que se apoia no mercado, porque no mercado vale quem tem mais poder monetário. O mercado gira em torno da busca pelo maior lucro possível, através do aumento de preços de venda, ou pela redução dos custos. O lucro, é a palavra que manda, e toma a natureza e os recursos naturais para usufruir de forma a aumentar o lucro. O capital necessita de sempre quantidades maiores de recursos, para a partir de então obter maior produção e conseqüente maior venda, fechando o ciclo da reprodução do capital. A ideologia do consumismo se faz mister na reprodução do sistema capitalista.

O capitalismo ao se introduzir em novas áreas, retira a posse comunal dos recursos naturais e passa a valorar tudo e todos (Diegues, 1995), pois se o sistema prevalecente for o capital - o dinheiro – os donos do dinheiro, do capital sempre estarão dominando.

As populações pobres dependentes diretamente dos recursos naturais, aquelas onde o capital ainda não valorou e comprou tudo, lutam pela preservação de suas culturas (não consumistas) e pelo acesso comunitário e igual aos recursos naturais.

Sem dúvida, a riqueza é a causa principal da degradação ambiental, já que o consumo exossomático de energia e materiais é maior nos ricos, assim como a resultante produção de resíduos. É esta ecologia da abundância a causa da nova consciência ecológica norte-atlântica. Porém, o que eu proponho é estudar a ecologia da sobrevivência, a necessidade de conservação dos recursos naturais pelos pobres, sua percepção dos recursos naturais como pertencentes à esfera da economia moral, contra sua inclusão na valoração crematística.
(Martínez Alier, 1998, p. 378)

Não se percebe os conteúdos ecológicos de antigos e recentes conflitos sociais e nacionais, porque não têm sido expressos com a linguagem do ecologismo do norte, dos países ricos. O movimento social dos pescadores artesanais não nasce de conflitos distributivos, mas trata de comunicar a ameaça a sua tradicional forma de vida.

5.3. PESCA ARTESANAL E ECOLOGIA

A luta pela preservação da biodiversidade marinha; a luta pela manutenção do pescador artesanal, seu modo de vida, sua cultura e principalmente sua arte de pescar; a luta contra as formas capitalistas de apropriação dos recursos marinhos, que destroem a biodiversidade marinha e exploram excessivamente o trabalhador, são formas de conflitos sociais que estão impregnadas pelo conflito distributivo ecológico, pois é na manutenção do modo artesanal de apropriação dos recursos marinhos que reside a relação harmônica entre preservação e uso dos recursos marinhos.

O pescador artesanal vive do mar, necessita da produção da pesca para poder comercializar e vender. Mas muito antes da necessidade da venda do pescado, a pesca emergia pela sobrevivência de subsistência. Seu fruto não era o mercado, e sim a mesa da família do pescador artesanal.

Passa então, o pescador artesanal a respeitar o mar e a preservar os recursos marinhos pela necessidade de a cada novo ano ir pescar para suprir a mesa familiar. Seu conhecimento empírico se estende para a preservação dos recursos marinhos, pois sabe ele da dependência direta que seus filhos e netos também terão do mar e dos peixes. Não vê o mar como uma fonte inesgotável, abundante de exploração.

Tanto que conhece melhor do que qualquer estudioso sobre as safras e épocas de reprodução e desova. E aprende desde pequeno a respeitar quando necessário e a sair para o mar nas épocas de safra.

A pesca, enquanto apropriação material e social de recursos renováveis e móveis, coloca problemas relevantes na análise de relação entre o homem e a natureza. Teóricos marxistas se referem freqüentemente à natureza como um objeto de trabalho homogêneo e indiferenciado no analisar os fatos naturais na produção (terra, mar, etc.) . apesar da distinção clássica feita por Marx (entre objeto de trabalho e instrumento de produção), a natureza quase sempre é analisada como um fator de produção inerte. No entanto, a situação é abstrata em formas de organização social de produção caracterizadas pelo pouco desenvolvimento das forças produtivas históricas, onde o homem vive quase ao sabor dos ciclos de produção e reprodução natural (como é o caso na captura dos cardumes de peixes) . (Diegues, 1983, p. 7)

Os ciclos produtivos marinhos alimentam a vida da comunidade pesqueira, ditando também os festejos, que guardam íntima relação com as épocas de safra e abundância.

A falta de tecnologia, impondo a rusticidade dos apetrechos da pesca artesanal, limita as quantidades pescadas pelo pescador artesanal, estando ele sujeito as condições de produção de que dispõe, limitando, mesmo que não queira a sua capacidade de pesca. Não só as condições de apreensão do pescado, mas também de estocagem, transporte e comercialização.

Martínez Alier, 1998, cita o caso da pesca artesanal em Kerala, no norte da Índia.

À parte os casos de violência entre ambos os grupos, os pescadores tradicionais recorreram também ao apoio das autoridades para impor períodos de defeso durante a época da monção (julho e agosto), que é a época em que algumas espécies se reproduzem. As redes de arrasto dos trawlers rasgam o fundo do mar, impedindo a reprodução. Quando os sindicatos de pescadores conseguem impor o defeso, as autoridades (que de

fato ficam entusiasmadas pelo aumento das exportações) não conseguem impô-lo eficazmente. Este é um caso claro de “ecologismo dos pobres”. (Martínez Alier, 1998, p. 258)

O pescador artesanal impôs a si mesmo, desde os tempos antigos, as épocas de safra e de defeso, não por lei, ou por imposição governamental, mas porque aprendeu desde pequeno, participando da vida diária na comunidade, que estas leis da natureza devem ser respeitadas para que ele sempre tenha peixe à mesa.

6. CONCLUSÃO

A avaliação da atual situação da pesca artesanal, do pescador e da comunidade, requer uma retrospectiva histórica desde o processo colonizatório, até os dias de hoje. Para se entender os relacionamentos do pescador com o meio ambiente, faz-se necessário uma análise profunda do seu modo de vida, e das conseqüências do desenvolvimento, e um conciso confronto com a pesca industrial, por serem estas as duas formas de apreensão do pescado em larga escala.

A colonização da Ilha de Santa Catarina se deu com o intuito de tomar posse da terra através do povoamento. Foram aqui instaladas fortificações militares, e trazidos colonos das ilhas dos Açores e Madeira para garantirem não só a plantação de subsistência, como também a reserva de contingente para as tropas.

Quanto as teorias de instalação ou não do modelo de grande exploração, conclui-se que a única produção em larga escala realizada na época da colonização, foram as armações baleeiras. A pesquisa de campo realizada junto a praia da Armação, veio reforçar a tese de Célia Silva (1992), sobre a grande indústria que se formou em cima da caça e exploração da pesca da Baleia.

Destaca-se a informação sobre uma segunda fase de pesca da Baleia realizada por volta do ano de 1957, sendo esta feita na praia da Armação.

O fluxo turístico em busca de qualidade de vida, exerce pressão sobre os moradores da Armação, na medida que toma as terras, que antes eram abundantes, e usadas na lavoura de subsistência. O pescador perde não só as terras de lavoura, mas os espaços na praia usados para a guarda de embarcações se encontram extremamente reduzidos, devido à construção de residências junto a areia.

Sem data definida, ocorreu a passagem de uma comunidade que era centrada na lavoura de subsistência, para uma comunidade que tem na pesca sua principal atividade. Sem dúvida, foram as frentes de expansão do capitalismo que impulsionaram o agricultor-pescador a se tornar exclusivamente pescador.

Junto com a perda da posse das terras, o desenvolvimento trouxe também a melhoria nos meios de transporte, armazenamento e distribuição do pescado, forçando novamente o

pescador a se dedicar mais a pesca, pois via facilitada a comercialização. Foi a pressão da demanda que impulsionou o pescador a pescar mais.

Assim como ocorre em todas as frentes de expansão do capital, a cultura da comunidade da Armação encontra-se bastante alterada. O desenvolvimento capitalista veio impondo sua cultura, a televisão e o consumo em massa de produtos industrializados. Os pescadores da comunidade lembram com saudades das festas religiosas e das comemorações de uma boa safra.

A remuneração na pesca artesanal se dá pelo sistema de partes, o qual, em uma primeira análise, aparenta ser alheio ao sistema capitalista, mas numa análise mais profunda, percebe-se o aproveitamento do capital frente a este sistema, pois dispensa vínculos empregatícios, favorecendo a exploração da mão de obra.

A acumulação de capital se dá no nível do comerciante, ficando para o pescador artesanal, mesmo aquele detentor dos meios de produção, somente o necessário para sobreviver e reproduzir sua força de trabalho e os meios de produção (em muitos casos, mesmo aqueles pescadores donos dos meios de produção não conseguem repor o material gasto na pesca).

Algumas experiências cooperativas foram realizadas no Estado, mas nenhuma relevante. Atualmente os pescadores da Armação criaram uma cooperativa, mas sua influência é mínima não só a nível comercial, mas também junto aos próprios pescadores da Armação. Sua maior atuação se faz no verão no controle do frete turístico para a Ilha do Campeche. Muitos pescadores afirmaram ser este o maior ganho monetário ao longo do ano.

Fez-se necessário um reconhecimento sobre processos biológicos marinhos, onde se conclui que os recursos marinhos são inconstantes fisicamente, sendo dependentes da ação exercida a milhas de distância. Vê-se também a privilegiada posição que ocupa a Ilha de Santa Catarina, pelas ocorrências físicas de processos que multiplicam a capacidade reprodutória na costa.

Várias são as formas de poluição dos oceanos, praticamente todo o lixo despejado na água tem como destino o mar. A diminuição dos estoques pesqueiros já se faz evidente.

A pesca empresarial-industrial representa sobre os recursos pesqueiros a frente de expansão do capital, submetendo os pescadores embarcados à condições altamente

exploratórias. São formas de pesca que privilegiam em primeiro plano a maior produção momentânea, não se preocupando com a sustentabilidade dos recursos pesqueiros. Estas formas de apropriação do pescado destroem grande parte do ecossistema marinho.

A abordagem ecológica surge das lutas sociais dos pescadores artesanais, contra as formas de apropriação industrial, entendendo que é na preservação do modo artesanal de apropriação dos recursos marinhos que reside a conservação sustentável destes.

A Economia Ecológica trata o ecologismo como uma luta popular, pelo acesso igualitário aos recursos naturais. Não acredita no triunfo do capitalismo, e vê na preservação das formas de apropriação tradicional o futuro harmônico entre o homem e a natureza.

O ecologismo popular surge como uma luta social, mas impregnada de conceitos ecológicos, na medida que preserva formas mais racionais de apropriação dos recursos naturais, prevendo a sustentabilidade a longo prazo.

Dentre ações a serem sugeridas, pode-se destacar a melhor atuação do Estado para incentivar a pesca artesanal, e não mais o incentivo único a pesca industrial. A formação de cooperativas para eliminar o atravessador, e medidas que facilitem a pesca artesanal.

Quanto a pesca industrial, faz-se necessário uma melhor fiscalização, que siga corretamente a lei, e que realmente atue. Mas não basta a fiscalização aqui “em baixo” se “lá em cima”, em Brasília as delimitações só favorecem a obtenção de maior pescado pelos barcos industriais.

A fiscalização também deve ser exercida sobre os criadouros, as lagoas e manguesais principalmente, pois sem estes se acabará os recursos marinhos.

A teoria econômica precisa se atualizar e levar em consideração as variáveis ambientais, não dentro dos parâmetros de valoração, mas dentro do pensamento de sustentabilidade futura, pois por enquanto a tecnologia só serviu para aumentar a exploração, e não se pode confiar na tecnologia como forma de resolver problemas de escassez futuros.

Enquanto o ser humano não mudar o modo de viver, de encarar a vida, as relações entre os homens e destes com a natureza, não se encontrará teoria que sustente desenvolvimento econômico e preservação da natureza.

BIBLIOGRAFIA

BECK, Ana Maria. **Lavradores e Pescadores** . Um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório. Florianópolis: UFSC, 1979. Dissertação (Mestrado em Antropologia). – Universidade Federal de Santa Catarina, 1979.

_____. A utilização dos recursos do mar através da história. In: **O mar e seus recursos**. Florianópolis, UFSC, 1980. p. 97-108.

_____. Comunidades Pesqueiras e Expansão Capitalista. In: **O Mar e Seus Recursos Icticos**. Florianópolis, UFSC, 1983. p. 53-66.

CARSON, Rachel L. **El Mar que nos Rodea: Biología y Psicología de Hoy**. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1980.

CARVALHO, Edgar Assis, (organizador). **Antropologia Econômica**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. 235p.

CECCA. **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina** / Centro de Estudos Cultura e Cidadania – CECCA. Florianópolis: Insular, 1997. 248p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: ed. Ática, 1983. 277p.

_____. **Conservação e Recursos Vivos do Mar**. São Paulo: Coppetec, CIRME, 1986. (mimeo).

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

_____. **Povos e Mares: Leitura em Sócio Antropologia Marítima.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1995. 269p.

FANTIN, Maristela, SILVA, Zoê Dalva da. **A Realidade da Pesca Artesanal em Quatro Comunidades Pesqueiras na Região de Florianópolis.** Florianópolis, UFSC, CNPq, 1990. 65p. (Relatório).

LAGO, A. , PÁDUA, J.A. **O que é ecologia.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

LAGO, Mara C. S.. **Memória de uma Comunidade que se Transforma: De Localidade Agrícola Pesqueira a Balneário.** Florianópolis, UFSC, 1983. 144 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). – Universidade Federal de Santa Catarina, 1983.

_____. **Modos de Vida e Identidade: Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis, ed. da UFSC, 1996. 274p.

LOUREIRO, Violeta R. , **Os Parceiros do Mar: Natureza e conflito social na pesca da Amazônia.** Santarém: Museu Paraense Emílio Goeldi e CNPq. 1985. 227 p.

MARTÍNEZ ALIER, Joan . **Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular.** Tradução de Armando de Melo Lisboa. Blumenau: ed. da FURB, 1998. 402 p.

MAY, Peter H. (organizador). **Economia Ecológica.** Rio de Janeiro: ed. Campus, 1995.

MERICO, Luiz Fernando Krieger. **Introdução à Economia Ecológica.** Blumenau: Ed da FURB, 1996, 160p.

REVISTA PROPOSTA. **Pescadores Artesanais: Entre o Passado e o Futuro.** Rio de Janeiro: FASE, n 38, ano XIII, Setembro de 1988.

REVISTA SUPER INTERESSANTE. **O mar como você nunca viu**. São Paulo: ed. Abril, n 5, Abril de 1998.

SIERRA-de-LEDO, Blanca. Os recursos auto-renováveis no ecossistema marinho. In: **O mar e seus recursos**. Florianópolis, UFSC, 1980. p. 44-48.

_____. A Costa Catarinense e sua Utilização pela Pesca Artesanal. In: **O Mar e Seus Recursos Icticos**. Florianópolis, UFSC, 1983. p. 95-102.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos/ SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis, UFSC, 1992. 196 p.

SKINNER, Briamm John. **O Homem e o Oceano**. São Paulo, ed. Blücher, 1977.

TEIXEIRA, Olívio Alberto, TEIXEIRA, Pedro Lúcio. **Os Pescadores Artesanais : Análise da situação econômica e social da pesca artesanal em Santa Catarina**. Florianópolis: ACARPESC, 1986. 115p.

TORRENS, J. C. **Avaliação qualitativa da Cooperbelo**. Florianópolis: IPUf, 1984.

TREMEL, Ernesto. Importância da exploração racional dos recursos pesqueiros. In: **O mar e seus recursos**. Florianópolis, UFSC, 1980. p. 67-71.

ANEXO

- Como é a pesca de arrastão?

Como é que é? É o seguinte: eles tem dois arrasto, tá, um de cada lado, de cada lado do barco um mastro da li ó, cada mastro daquele puxa 2 prancha. Sabe que é prancha né? Do arrastão é amarrada num calão da rede uma prancha no outro calão, outra prancha, tá, então ela é puxada, um cabo de aço, então sai um arrastão de um lado e um outro do outro. Quando eles tão fazendo teste eles tem um pequenininho, com uma redinha pequena que chama-se trainete. Trainete é uma redinha para rondá pra vê se tem camarão, ou não tem. Quando vem 3, 4 camarão naquela redinha, então o camarão tá grosso, que aquela redinha, é uma redinha pequena que agente bota na popa, atrás. Puxou, com meia hora vem 5,6 camarão, tu sabe que tem bastante, então, eles coloca, os dois, o arrastão grande, tá, e fica arrastando, neles bota 4 hora de arrasto. Quando o camarão tá fraco é 6 horas, a malha do camarão é miudinha, que o camarão não é muito grande, o camarão, o camarão tem quê se uma malha miudera se for uma malha igual a essa, 8, 9, ele cõa, né, passa, eles faz com a miudera, aí bota na água e sai arrastando. Quando o camarão tá grosso, bastante camarão, eles puxa 4 hora, o arrastão, e quando o camarão tá fraco, eles puxa com 6. O que acontece? Peixinho miudinho que entra dentro do arrastão pega tudo, é filhote de linguado, é curvina, é pescadinha, é curvinota, é arraia, viola. Passou vai trazendo tudo, porque é cabo de aço a tralha, em vez de ser corda é cabinho de aço, aguenta tudo. Sim, aí ele sai puxando, a máquina possante, 250 hp, 350 cada máquina daquela ali. E sai puxando, aí o peixinho miúdo, aquela criação que entrando pra dentro do sacador uns outro peixe grande também vão entrando, e vão apertando um o outro, que dizê vai socando vai indo la pra trás do saco. O que acontece? Quando chegando as 4 hora que vai colhê o arrastão o peixinho que tá dentro do arrastão morre tudo, fica tudo morto, eles pega, bota em cima do convés, escolhe o camarão, escolhe o que é bom pra eles que é o peixe graúdo e o, e o camarão, restante, o miudinho, eles péga uma pá e joga tudo na água. A criação toda. E assim continuo, quando chega de novo, coloca de novo na água, de novo vai arrastando... Quando o camarão de dia ta fraco como aconteceu ali, agora de dia, fico assim ó, agora já vai saindo, tá, eles param de dia. Quando o camarão num dá de dia, dá de noite, eles pescam a noite, de dia não pescam a noite sim sucessivamente. Eles continuam a pesca então

eles esse aí é um dos barcos que mais prejudica, por quê? Porque se tivesse uma fiscalização especial que quando olhasse, eles fosse pra água, visse a malha da rede. Não, você só pode trabalhá com malha 7, 8, mas o problema é o seguinte é que eles não fiscalizam, o barco encosta lá, descarrega, abastece e sai de novo, tá, então são donos de firmas grandes, como tem em Itajaí, aqui em Florianópolis umas firma muito forte, a Pioneira, a Silveira, também tem barco, lá em Itajaí também tem diversas firmas, né, grande, então isso aí tudo acontece né, vai destruindo com a pesca, a artesanal aí dos pescadores, como tava falando do nosso caso que nós vivia na praia. A pescaria foi enfraquecendo mais. Você sabe que matando os peixinho miúdo, não vai crescê porque destroi então eles bota, não é uma tonelada não, é eles bota durante 24 horas é 3, 4 toneladas de peixe cada barco daquele bota fora. Tem arrastão que você olha que fica, fica branco tudo de peixinho morto de barriga pra cima, é papa-terra, pescadinha miúda, curvinóta, é uma tal de maria luiza, o linguadinho, isso aí peixe que não tem valor pra eles

- No arrasto não gastam muito combustível?

É gastam um pouco de combustível porque a máquina fica girando o tempo todo né, e é uma máquina grande, tem que pegá força, porque é os arrastão pesado né. Temos outra também, outro tipo de pesca aqui que também é um dos maiores destruidores que nós temos aqui na costa. Atuneiro, aquele barco de atum. Ele faz o seguinte, ele vem na costa pega a manjuba i é quando a manjuba vem pra costa ela traz os outro peixe, que você sabe que o mar é a lei da sobrevivência, o peixe maior come o menor, então o que é a alimentação do peixe grande? É o peixe pequeno, então a manjuvinha quando vem pra costa, ele traz tudo que é peixe também pra costané, que eles vem atrás da manjuva, e o que tá acontecendo? São diversos atuneiros, 10, 20 atuneiro, são uma barbaridade que tem, eles vem na costa cercam a manjuva no seco da praia, numa base de 30, 40 metros da areia com um barco, e o caíco, que é um outro barquinho pequenininho do tamanho dum bote, desse aí assim, com uma máquina também, com motor como uma trainera. Quando a manjuva tá encostada na praia que não dá para o outro botinho deles cercá, eles cerca com baterinha pequena, salta na praia com cerco com a batera pequena, tem carregadeira, carregadeirinha, redinha de trolhá. Trolhá a manjuva, aí passa um cabo comprido amarra no sacador e o barco lá fora, aí puxa, aí leva pra lá, pega o que tá viva, só que a sardinha tem aquela que eles faz conserva, só que o filhote dela é muito frágil, qualquer

apertamento que fizé com ele na rede ele morre, porque é pequenininho e apertô morre. Porque o cardume de manjuva cercado, uma mata a outra, então eles só tira a que ta viva porque não pode levá manjuva morta pra fora e o que morre eles bota fora. Aí eles cercam o cardume de manjuva que dava pra fazê 80, 60 tonelada de sardinha grada, quando é a época, que depois que ela té grada, fica com 17 cm que é o normal de uma sardinha tá, eles cerca aquele cardume de menjuvinha pequena pra tirá 300, 400, 500 quilo por cardume que eles cercam, que o restante morre. E o cardume que eles tiram, levam pra fora, e vai viva, então por exemplo de 10, 12 toneladas de manjuva eles aproveita 300, 400 quilo só. A menjuvinha presa, vivinha eles joga dentro do viveiro com água tocado pela própria bomba da máquina no próprio barco. Puxa a água salgada, passa por dentro do viveiro, aquela água entra e já sai do outro lado com uma mangueira, ta sempre circulando a água pra oxigená a água para o peixinho não morrê, que a manjuva quando dentro dum vivero preso se não tivé oxigenio, ela morre então o que acontece? O barco tem que tá sempre com uma máquina sempre trabalhando. Então a menjuvinha tá viva, aí vão lá fora, em 200, 300, 400 metros de profundidade, e o isqueiro, que é o cara que joga a menjuvinha na água, joga a menjuvinha, isca viva, porque o atum não pega na isca morta, tem que se isca viva, e eles pescam, só que eles acabem com a pesca da costa também, porque menjuvinha. No ano passado eles entraram pelo rio também com a batera pra pegá manjuva ali em cima, e eles não podem faze isso aqui. Mas como eles foram em Brasília no Ministério do Meio Ambiente e pegaram uma ordem que eles dizé que não matam manjuva. Eles pegam manjuva viva e levam lá fora, soltam lá fora, só que o peixe se alimenta daquela manjuva viva. Mas aí eles cercam 10, 12 toneladas de sardinha por vez prá tirá 200, 300 quilo. Botam fora, não pode levá morta. Ai vão procurá um otro cardume, encontram cercam e então tá destruindo a pesca da costa. (...) então é chamada a policia ambiental, más eles não fazê nada, porquê eles tem ordem de Brasília, isso e aquilo, com firmas grandes e o pescador artesanal só vai piorá.

Nóis enfrenta muito problema aqui sabe, mais sabe que a pesca da anchova, em todo o litoral catarinense a anchova só dá nas encosta dos costão, porque ela vem atraz da manjuva que é o peixe miúdo e não pode ficar em alta profundidade(...) e o pescador artesanal não pode ancoré a rede a no mínimo 50 metros da pedra, isso é um absurdo. Porquê quem criou essa lei tá, num foi umcara que pesca, numé um pescador. Porque favorece ao pescador amador que

tem sua lancha voadeira, com isca artificial que pode chegar na ilha ou na berada do costão e pesca, que são também um dos maiores destruidores da pesca da anchova, são as lancha voadeira com isca artificial, essas isquinha de plástico né. E as lancha são só de turista ou amador, porque eles podem pescá 30 quilo e mais um peixe de cada espécie. Só que não tem essa lei para eles, a lei existe só que para eles não. Se eles matá 200 quilo tá, eles não querem sabe, eles querem matá e vão vende. Porque se eles fosse mata por esporte, matava 10, 12 anchova, mais não, eles mata e vão fazê comércio. E o pescador artesanal, o pobre, porque pescador artesanal são pobre, nenhum deles é bem de vida, por isso pescador nenhum dá inventário, num podêmo competi com um homem desse. (...) aí eles dizem que tá irregular porque tá a menos de 50 metros da pedra, a polícia ambiental vem e leva a nossa rede, como é que você vai provar para a polícia ambiental que a sua rede tá a mais de 50 metros, é a sua palavra contra a deles. Como aqui já foi levada umas 3 ou 4 rede este ano, fiscalização só tem pro pequeno, agora para o magnata não tem, pro pescador não, se a rede não tiver a 50 metros, essa lei foi criada favorecendo o amador, vou no banco do Brasil, pago uma licença pra tirar a carteirinha, e vale um ano. Já o pescador profissional tem que passa por um teste da companhia dos portos rigoroso, tem que nadar, sabe nadar, ficar boiando meia hora dentro de uma piscina lá, não é fácil pra quem não sabe, bem pouco pescador sabe nada. Tem que pagar colônia dos pescadores pra quem faz exercício da anchova, tem que pagar INSS tá, inquanto que o amador não, vai ali, paga uma licença de 5 reais ali no banco do Brasil e sai matando. Aí não fiscaliza, e mesmo que fiscaliza eles são grande, é.

(...) e as tainha que vem do Rio Grande, tão acabando por aqui. O Antonio Brito, esse que é governador do Rio Grande do Sul é, ele parece que vai se candidatar de novo. Ele deu licença pra pescarem lá dentro da Lagoa dos Patos, que é o criadouro de tainha. Ele liberou então pegá a tainhota pequena, porque ele falou sim, a pesca artesanal dentro da lagoa foi liberada e o ICMS fica no Rio Grande, porque aquela peixe é importado tá, vai para São Paulo, vai pra tudo quanto é parte e aí você vai ter que pagar a licença do transporte, e o imposto fica dentro do Rio Grande.

- Mas com isso também não vai diminuir os peixes para eles?

Sim, sim, mas o máximo que ele pode ficá ali são 8 anos de mandato, 4 anos. Que se dane depois, num qué nem saber, qué sabe do ICMS, em vez de ficar em outro Estado fica no dele. No ano dele. (...) dificilmente você vê os políticos fala nos problemas do pescador artesanal, eu vô ajudá o pescador. Saiu uma verba a uns 2 anos atrás, só que as firma que pegaram tudo com juro baixíssimo tá, só que as firma grande como o dono da Pioneira e as outras de Laguna e Itajaí. Pagando um juro baixinho, esse foi a ajuda de custo pro pescador pequeno, só que eles inventaram tanta documentação pra você tira esse dinheiro do banco que no fim todos os pescadores artesanais desistiram porque não tinham vantagem. Eles só favoreceram o Tubarão, os grandes, o cara que foi lá, tirou uma grande quantidade de dinheiro, como a pioneira tirou, e ficou investindo em casa, ficou construindo, Firma de Construção Pioneira da Costa.

- Sobre os barcos industriais.

(...) nós barcos grandes tem o mestre, aquele que manda no barco e ganha bem pra isso, ganha da produção da pesca. E tem os outro, tudo pescador artesanal que té sobrando sem podê pescá, e se sai um pescador artesanal daquele barco, tem 10 outros prá entrá, porque o índice de desemprego tá grande, em toda parte, então ele é obrigado a aguentá aqueles problema ali do barco., sofrendo ali porque não tem pra onde ir. A profissão dele é pescador, sai daquele barco dificilmente vai arrumá outro. E o mestre não tá nem ligando, que chega lá o peixe é descarregado à vontade. O mestre é bem pago prá que não reclame, é bem pago pra não achar ruim, entendeu, se ele tá ganhando o dele. Os outro pescador reclama, se qué reclama vai reclama pro dono da firma. Então o problema é que ninguém faiz nada por nós.

(...) eu só tenho quarto ano primário, então é mais fácil alguém me enrolá, porque quanto mais baixo o nível de estudo mais fácil de levar a pessoa, compreendeu. Mais é mais fácil levá o pequeno, do que o homem que tem estudo. Se o governo amanhã dé estudo e saúde pro povo brasileiro, ele faz não, porque se não o povo não vai votá nele, ele não ajuda, cada vez tá ficando pior a nossa pesca. (...) Fiscalização em cima, nos prejudicando, porque isso aí é verdade tá, barco de pesca destruindo cada vez mais, vem aqui na costa, no seco, pegá manjuva, cerca se dé um cardume de anchova aqui dentro da costa, o mínimo deles é uma milha das pontas prá fora que eles não pode entrá, só que não, eles não eles não respeitam, se dexá eles vem com a quilha, bate com a quilha do barco na praia, se tem um cardume de peixe ali,

eles vão ali e cercam e cabo. E barco de pesca grande não vão prende mesmo e tá acabado, agora o pequeno não, não tem. (...) é verdade e isso aí se quisé eu provo.

E o comércio é péssimo, o pescador artesanal tem que vendê o peixe pras firma de pescado, quem compra aqui é a Silveira e a peixaria do Chico do mercado, então o que acontece, se um tá pagando um pouquinho mais caro, eles telefonam, então tá: pô tu tá esculhambando o preço cara, se ue to pagando a curvina a setenta centavos o quilo, porque que tu ta pagando a oitenta. Então chega no outro dia e a curvina baixo, entendeu como é que é, porque os dois tem convênio, porque o motivo deles é comprá mais barato, porque quanto mais barato eles comprá, mais dinheiro eles ganham. (...) já é combinado um com o outro. (...) aqueles que vende para a firma só entra pelo cano. O senhor vai pagá o quilo da anchova no mercado a quatro real, aqui eles vende a dois a escolhida. E mesmo se você mesmo leva pro mercado as firma que tão lá são as mesma que compra aqui na costa. Então se você vai vendê o peixe lá no mercado, prá eles com carro, o que eles vai dizê: não eu só pago a tanto, e você tem que vendê. Pescador não tem uma cooperativa, não tem um frigorífico, se você não vende o peixe pra eles, o peixe é defunto, é cadáver, matô, não vendeu apodrece. Agora se você tem o frigorífico, o freezer grande que possa guardá bastante quilo de peixe, eu deixava tudo guardado direitinho e quando chegava no verão eu ia vende o meu peixe bonitinho. Porque no verão a anchova que tá sendo vendida é congelada, porque não tem anchova no verão, tem anchoveta, mas anchova mesmo não tem. Anchova só no inverno. (...) tudo fica no frigorífico, da Pioneira e da Silveira. (...) e a cooperativa não dá ponto porque o pescador não tem união, é uma classe desunida, também tem isso também, tá, uma classe desunida. (...) Se tivé uma cooperativa desse jeito aí, um vai vendê o peixe do outro. Se tivesse alguém pra administra a cooperativa, favorecia e muito, porque eu deixava o meu peixe guardado, não precisava vendê barato. (...) aqui ja teve um que quis fazê uma vez, foi o ex Deputado Paulo Wright, ele queria fazê a cooperativa desapareceu até hoje, na revolução de 64, os militares, e ele foi preso como subversivo, como comunista tá, porque ele ajudava os pequeno, ele andava nos ponto de pescaria também fazendo cooperativa, aí foi cassado o mandato dele e até hoje ele desapareceu.

- Sobre conflitos dos barcos de pesca artesanal e industrial.

Sim, já teve, a uns tempos atrás na época da tainha, e aí uma vez tinha um cardume grande de tainha e barco grande veio jogá foguete dentro do mar e o cardume corria de medo por causa do barulho e eles cercavam, aí deu um atrito grande com os pescadores aqui da Armação, as baleeira foram lá tira um causo e, eles jogaram pedra, foguete, teve até tiro de revólver lé do barco, deu isso aí, os atuneiro também aqui, já fizeram rolo aqui. Aí depois veio a polícia e favoreceu a eles, porque agora quem cuida é o IBAMA, mas a polícia ambiental ela segue as normas do IBAMA. Então o que aconteceu, foi chamado e ela nada fez porque eles tinham ordem de pesca e eles realmente tinham mesmo, foram buscá em Brasília, e aí pau, tudo isso aí. Só que o pescador da praia sempre léva as piores.(...) sim todo ano também tem atrito com os surfista, eles tem o ano todo prá brinca, só que aqui na praia da Armação tem um limite pra surfã nos meses de maio e junho, só que eles não respeitam, eles vem aqui na barra aonde os pescador pescam a tainha de tarrafa e uma prancha daquelas corrida vem no mar passando encostado no cardume de peixe, e o peixe vai se mandá, sai correndo, aí vem o atrito, todo ano dá essa confusão. (...)

- O senhor acha que tem alguma influência a poluição?

Um das maior poluição que temos no Brasil, e ninguém ta dando pela coisa, é o plástico tá, porque o que você encontra no meio do mar saco plástico, copo plástico, a garrafa, é coisa, não dá é desacreditado isso ai, vem agarrado na rede. Os navio grande vão fazê a carga de alimentação no supermercado, porquê antes você chegava no supermercado e levava tudo em caixa de papelão pro navio, e quando acabava o qué que você fazia, jogava tudo dentro d'agua, jogava na água, o papelão desmanchava, o papel é madeira né e aquilo ali ela se desmancha. Agora hoje não, você pode ir lá no supermercado e repará, tudo sacola, então vai pegando embalagem de plástico, tudo que você pega é embalagem de plástico, então quando acabo, o qué é que você fez, vai levá tudo aquilo até chegá no porto, não, você joga na água, entendeu. O que você encontra de saco plástico na água, isso aí é um perigo até, engata na hélice e é ruim. E pro peixe também é ruim, ele vai lá, bica o plástico, come aquele lixo ali e mata o peixe, então pro peixe também é ruim o plastico, e o plástico dura que é barbaridade. Então aquilo tudo ali vai prejudicando e a quantidade cada veis aumenta cada vez mais, engata na rede, é quantidade que não acaba. (...) Isso aí vai sê uma das maiores poluição do nosso Brasil,

o plástico. Tem o esgoto que é o pior, isso aí você sabe, todo lugar que tem o esgoto que vai pro mar isso aí acaba.

- Sobre a pesca da Baleia?

Eu ouvi falá pelos meus antepassados da primeira pesca da Baleia e a segunda eu ajudei a pescá. A primeira foi pelos escravos, e os portugueses açorianos, e aqui eles vieram aqui pra Armação, os portugueses açorianos, e usavam os escravos que traziam da costa da África pra cá, e eles eram os braço forte prá remá a lancha baleeira, aquelazinha que tá lá. Aí o que é que acontecia, eles arpoavam a Baleia e os escravos é que eram a força prá remá. (...) ó ali é que tinha a senzala dos negro, ali era o quartel deles, e ali é que trabalhava a caldeira, pra se derretido o toucinho da Baleia. (...) então eles matavam uma base, dizem os meus antepassados que ele matavam uma base de 100, 200 Baleias por ano, uma grande quantidade. (...) o óleo, eles faziam o cortume. (...) as construção, as obras eles faziam o que chama de gala-gala, é feita do óleo de baleia, a massa. E a carne era a alimentação dos negro. (...). Agora, depois de acabá a pesca da baleia, esse dono da Pioneira, ele invento fazê a pesca da baleia, porque não era proibido podia pesca, isso foi em 57, eu tinha dezessete anos de idade. Em 57 ele fundou a pesca da baleia, o galpão que derretia é aquela ruazinha ali do rio, a última casa do lado direito. Ali era um galpão onde nos cortavamo o toucinho da baleia e derretia, mas como era derretido em tacho, ele comprou uns cinco tacho daquele, mando fazê um forno de tijolo, nos matava a baleia. (...) e ele fazia o óleo, botava no latão esse de 5 litro. (...) mataram cinco nessa época, eu até fui na lancha embarcado. Essa é a segunda pesca da baleia, mas aí veio uma lei que não se podia matá mais no Brasil, ele pesco uns três ano só, nesses três anos ele compro uma e matô cinco, não podia matá mais nada. A carne ele deu, uma carne muito saborosa, e ele ficava com o óleo. Não tem jeito de dizê que é peixe, é uma carne muito gostosa. Aí depois veio uma ordem que não se podia mais matá baleia no Brasil, aí fico só o que matando, o Japão e a Noruega, acredito eu amigo, que ainda tão matando, porque a baleia está desaparecendo. (...) esse ano eu só vi duas, então alguém tá matando, alguém tá destruindo.

- Sobre a lavoura?

Todos os pescadores eram pescadores e eram agricultor, por exemplo um pai naquela tempo tem muita família, muitos filhos, então uns filhos iam prá pesca e outros iam prá lavoura. Plantava a cana de açúcar, o feijão, o milho, a mandioca e o aipim. A verdura, alguma verdurinha, aí tinha muito engenho de farinha prá fazê a mandioca. Aqui era pescado o quê, só dentro da safra. A época da tainha, eles vinham aqui prá pesca, prá praia da Armação, esse pessoal que trabalhava na agricultura, que trabalhava para o sustento deles, aí no inverno eles vinham pra tainha, pra época da tainha. Meu pai tinha safra de café. (...) Nós dificilmente compravamo, era tudo produzido, e a pesca era mais fraca, tinha muito peixe mais era mais fraca, porque além disso, como não tinha muito comércio, o comércio era mais pouco do peixe, prá saí daqui tinha que se de carroça, depois veio o fordzinho, o primeiro carrinho que apareceu aqui. Mas era carregado no lombo do animal ou na carroça, então você não podia matá muito quantidade de peixe porque não tinha vendagem. (...) Naquele tempo aqui a terra não era vendida, você dava, você dava um pedaço de terra para você fazê uma casa, se dava. (...) Aqui tinha terra pra se plantá bastante. (...) hoje o pescador precisa pesca mais, ganhá dinheiro pra pode come, antes não, dava pro gasto né. (...) as mulheres mais eram na renda, outros fazia esteira, esteira da lagoa do peri, roupa também faziam bastante no tear. (...) o amigo, o que mais mudô a cultura são os festejo que tinha, por exemplo o boi de mamão, o terno de reis, mudô, o turista mudô muito, principalmente a gauchada mudou muito, porque nós tamo deixando a nossa cultura de Santa Catarina, pra usá a cultura dos outro, tá desaparecendo tudo. (...) é uma tradição que ta se acabando. Onde é que tá o terno de reis, tão bonito, de madrugada, a farra de uma brincadeira de boi de mamão.

- Sobre a televisão.

Ela muda de bom para pior, ela muda muitas coisas, como muda pra pior, tá ensinando muitas coisas que não devia ensinar, criançinhas aí de 11, 12 anos, eles tão dando uma escola ruim, porque uma criança hoje não tem mais medo, é tanto sexo e tanta violência. (...) pelo amor de deus, então isso aí, cada vez a televisão ta mostrando mais. Botá violência nisso, outro dia passô na televisão o rei dos ladrões, ensina como roubá, o senhor acha que um marginal não vai aprendê aquilo ali, isso aí é uma escola pra eles. Tudo isso aí, então a televisão que tá mostrando isso aí. (...) na frente de todo mundo, na novela das oito, mas meu deus do céu, isso

aí é um absurdo. (...) hoje tá tudo mudado, a televisão tá acabando com a cultura, e vão buscá outra cultura, de outros tipo né, coisa que não são nossa, o qué que a gente vai fazê.

- E qual o futuro para pescador artesanal?

Cada veiz pior, não vai tê mais futuro, se ja era ruim, cada veiz péssimo, isso aí eu já disse pra eles. Mais o que é que vai se fazê?